



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 062

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Marcelo Rangel*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Puppio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 062**

### **57ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

|                                 |          |
|---------------------------------|----------|
| <b>Mesa Executiva .....</b>     | <b>2</b> |
| <b>Presenças .....</b>          | <b>2</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b> | <b>3</b> |
| <b>Expediente:</b>              |          |
| Ofícios.....                    | 3        |
| Telegramas .....                | 3        |
| Requerimentos .....             | 4        |
| Projetos de Lei .....           | 8        |
| <b>Pequeno Expediente:</b>      |          |
| Dep. Pastor Edson Praczyk ..... | 10       |
| Dep. Jocelito Canto .....       | 11       |
| Dep. Professor Luizão.....      | 11       |
| Dep. Luiz Eduardo Cheida.....   | 12       |
| Dep. Ney Leprevost .....        | 13       |
| <b>Grande Expediente:</b>       |          |
| Sr. Nelson Tureck               |          |
| Prefeito de Campo Mourão.....   | 18       |
| <b>Horário das Lideranças:</b>  |          |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Liderança do PP</b>                  |           |
| Dep. Ney Leprevost .....                | 13        |
| <b>Liderança do PTB</b>                 |           |
| Dep. Jocelito Canto.....                | 22        |
| <b>Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV</b> |           |
| Dep. Rosane Ferreira .....              | 23        |
| <b>Liderança do Governo</b>             |           |
| Dep. Luiz Claudio Romanelli ....        | 24        |
| <b>Ordem do Dia:</b>                    |           |
| Leitura do Expediente .....             | 25        |
| Discussão/Votação                       |           |
| Redação Final .....                     | 25        |
| 3ª Discussão .....                      | 26        |
| 2ª Discussão .....                      | 26        |
| 1ª Discussão .....                      | 27        |
| Requerimentos .....                     | 28        |
| <b>Explicações Pessoais:</b>            |           |
| Dep. Jocelito Canto .....               | 36        |
| <b>Encerramento da Sessão .....</b>     | <b>38</b> |
| <b>Publicações:</b>                     |           |
| Atas de Comissões                       |           |
| Orçamento .....                         | 38        |
| Redação .....                           | 38        |

### **DIÁRIO Nº 062**

### **57ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2007**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Puppio, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Mamede e Ribas Carli Filho (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Cida Borghetti, Artagão Júnior e Geraldo Cartário (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob o nº CEE/CC 519/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado Antonio Belinati, que pede esclarecimentos sobre os Servidores Ativos e Inativos do Estado do Paraná, que percebem salários e vantagens, somados, superiores a remuneração recebida pelo Governador do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 3668/07 - MEC/SESU do Sr. Ronaldo Mota, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, comunicando celebração de convênio com a Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, com o objetivo de apoio para atender despesas inerentes do Programa de Educação Tutorial - PET. **Ao conhecimento da Casa.**

### ***Telegramas***

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000008/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública - LACEN.

- Nº 000011/MS/SE/FNS - valor de R\$ 143.613,12 - pagamento de Gestão Plena de Sistema Estadual (NOAS).

- Nº 000012/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de incentivo adicional ao CEO.

- Nº 000021/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.280,00 - pagamento de FAEC AIH - Registro Civil e Nascimento.

- Nº 000022/MS/SE/FNS - valor de R\$ 115.560,00 - pagamento de FAEC AIH - Assistência Pré-Natal.

- Nº 000023/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.540,00 - pagamento de FAEC AIH - AIDS.

- Nº 000037/MS/SE/FNS - valor de R\$ 120.000,00 - pagamento de FAEC AIH - Assistência Pré-Natal.

- Nº 000038/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.760,00 - pagamento de FAEC AIH - Registro Civil e Nascimento.

- Nº 000039/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.130,00 - pagamento de FAEC AIH - AIDS.

- Nº 000040/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.774,14 - pagamento de FAEC AIH - queimados.

- Nº 000041/MS/SE/FNS - valor de R\$ 205.894,51 - pagamento de FAEC AIH - Gastroplastia.

- Nº 000042/MS/SE/FNS - valor de R\$ 51.284,02 - pagamento de FAEC AIH - Central Nacional de Regulação - CNRAC.

- Nº 000050/MS/SE/FNS - valor de R\$ 15.758,40 - pagamento de FAEC SIA - Tuberculose.

- Nº 000051/MS/SE/FNS - valor de R\$ 363.718,00 - pagamento de FAEC SIA - Triagem Neonatal.

- Nº 000052/MS/SE/FNS - valor de R\$ 45.494,80 - pagamento de FAEC SIA - Reabilitação.

- Nº 000053/MS/SE/FNS - valor de R\$ 345.543,54 - pagamento de FAEC SIA - Programa de Combate ao Câncer de Colo Uterino.

- Nº 000054/MS/SE/FNS - valor de R\$ 33.329,36 - pagamento de FAEC SIA - Patologia Clínica.

- Nº 000055/MS/SE/FNS - valor de R\$ 134.400,00 - pagamento de FAEC SIA - Humanização do Parto (assistência pré-natal).

- Nº 000056/MS/SE/FNS - valor de R\$ 23.172,84 - pagamento de FAEC SIA - Fisioterapia.

- Nº 000057/MS/SE/FNS - valor de R\$ 121.581,48 - pagamento de FAEC SIA - Acompanhamento pós-transplante.

- Nº 000058/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.715.191,05 - pagamento de FAEC SIA - Acompanhamento de paciente.

- Nº 000089/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de Programa para Aquisição de Medicamentos para a Saúde Mental.

- Nº 000119/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de Programa para Aquisição de Medicamentos para a Saúde Mental.

- Nº 000122/MS/SE/FNS - valor de R\$ 269.330,70 - pagamento de Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS (EX-TFECED).

- Nº 000133/MS/SE/FNS - valor de R\$ 417.250,24 - pagamento de FAEC AIH - Neurocirurgia.

- Nº 000141/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de Programa para Aquisição de Medicamentos para a Saúde Mental.

- Nº 000170/MS/SE/FNS - valor de R\$ 14,94 - pagamento de expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil.

- Nº 000217/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 - pagamento de incentivo para estabelecimentos de parcerias com as OSC.

- Nº 000249/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.731,78 - pagamento de FAEC AIH - Angioplastia Endovascular.

- Nº 000250/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 - pagamento de incentivo para estabelecimento de parcerias com as OSC.

- Nº 000251/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 - pagamento de incentivo para estabelecimento de parcerias com as OSC.

- Nº 000251/MS/SE/FNS - valor de R\$ 176.821,35 - pagamento de FAEC SIA - Psicodiagnóstico.

- Nº 000252/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.836,45 - pagamento de FAEC SIA - Assistência Domiciliar.

- Nº 000290/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.904,00 - pagamento de FAEC AIH - Inibidor de Lactação.

- Nº 000291/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.345,00 - pagamento de FAEC AIH - Sífilis.

- Nº 000427/MS/SE/FNS - valor de R\$ 91.881,64 - pagamento de FAEC AIH - Transplante.

- Nº 000428/MS/SE/FNS - valor de R\$ 36.409,83 - pagamento de FAEC SIA - Terapia e Psicoterapia.

- Nº 000429/MS/SE/FNS - valor de R\$ 17.320,00 - pagamento de FAEC SIA - Prótese Dentária.

- Nº 000430/MS/SE/FNS - valor de R\$ 490.447,35 - pagamento de FAEC SIA - Acompanhamento de Saúde Mental (CAPS).

- Nº 000496/MS/SE/FNS - valor de R\$ 215.916,50 - pagamento de FAEC SIA - Leucemia Mielóide.

- Nº 000497/MS/SE/FNS - valor de R\$ 33.804,00 - pagamento de FAEC SIA - AIDS.

**Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 401/07 - oriundo da Mensagem nº 018/07, que dispõe sobre a aplicação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente de ICMS.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

### REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 13 de junho de 2007.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido ao convite para participar das festividades alusivas aos 238 anos do município da Lapa.

### REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER o arquivamento do projeto de Lei nº 232/07, que tinha por objetivo declarar de utilidade pública estadual entidade beneficente de Paranavaí conhecida como Casa da Sopa, pois foi constatado que já existe lei estadual (Lei nº 8275/86) declarando de utilidade pública essa mesma entidade.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) TERUO KATO

### REQUERIMENTO Nº 1609

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER providências às Secretarias de Estado da Saúde e Secretaria de Administração e Previdência, em relação ao manifesto dos servidores do Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Paraná, conforme anexo.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz em atendimento ao pedido que recebemos, através de abaixo-assinado dos servidores, expondo as dificuldades encontradas nas condições de trabalho, desde a questão do cumprimento da jornada de 40 horas semanais, bem como as péssimas condições de infra-estrutura no ambiente de trabalho, conforme relatado pelos servidores.

Preocupados com a situação, encaminhamos expediente pedindo providências, pois sabemos que o trabalho desses funcionários é de suma importância para o bom atendimento da população paranaense.

### REQUERIMENTO Nº 1627

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sen-

tido de atender o pedido da Sra. Altina Pereira Antonietto, residente à R. Daisy Luci Berno, 2276 - bairro Guaíra, que pede a implantação de rede coletora de esgoto nessa rua. Afirma a Sra. Maristela que somente 5 residências não dispõem do benefício, causando muitos transtornos aos moradores. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente através do telefone 3229-0001.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1634

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de setembro de 2007, onde será prestada homenagem ao Núcleo Regional de Educação da Área Norte.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) BETI PAVIN

#### REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições e competências regimentais e constitucionais vem, respeitosamente, REQUERER à Mesa Executiva desta Casa de Leis, depois de ouvido o douto Plenário, que este Deputado possa representar a Assembléia Legislativa do Paraná em nome da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente no V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação a ser realizado nos dias 17 a 21 de junho do corrente ano, no município de Foz do Iguaçu.

Na certeza de que a Assembléia Legislativa e a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente só tem a ganhar com o convite formulado, subscreve.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Astecliades Valentim da Costa, ocorrido no dia 10 de junho de 2007, na cidade de Lobato/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua filha, a Sra. Tânia Martins Costa, enviando correspondência à Av. Presidente Vargas, 1222, CEP 86790-000 - Lobato/PR.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável.

Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Seu Astecliades fez história em vida. Uma história honrada, de trabalho e dedicação. Na prática, um exemplo de vida a ser seguido pelas atuais e futuras gerações.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

E que o mesmo amor pelo qual Deus acolheu o seu Astecliades, console a todos, na certeza de que houve apenas uma separação temporária. Um dia, o reencontro vai acontecer.

As nossas sinceras condolências.

#### REQUERIMENTO Nº 1614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Marilene Aparecida Kothe, ocorrido no dia 10 do corrente mês, no município de Campo Bonito.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu esposo, Sr. Joarez Bertolini, enviando correspondência à R. Assunção, s/n, bairro Morada do Sol, CEP: 85450-000 - Campo Bonito/PR.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Prematuramente, numa das inúmeras peças que a vida nos prega, o acidente ocorrido no último dia 10, na BR-277, entre Campo Bonito e Ibema, tirou a vida da Sra. Marilene.

A dor e a tristeza pela perda, calaram profundamente no coração dos familiares, parentes, amigos e de toda a população de Campo Bonito.

A morte, um dos mistérios de Deus, retira da nossa convivência pessoas que nos fazem bem, pessoas com as quais convivemos diariamente, pessoas que amamos. Num primeiro instante, não aceitamos a separação, responsável pela abertura de uma grande ferida em nosso coração.

Neste momento, a nossa fé é posta em questionamento. Nas dúvidas e nas incertezas do cotidiano, devemos ter sempre em mente que para tudo existe um propósito divino, muitas vezes desconhecido pela nossa frágil condição humana.

Mas, acima de tudo, o que deve prevalecer é a convicção de que Marilene está sendo acolhida por Deus em sua morada divina, ao mesmo tempo em que este mesmo Deus está confortando o coração de cada um que hoje sofre com a sua partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

#### REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de pesar à Família Santos pelo falecimento do Sr. Roberto de Oliveira Santos, Chefe do Núcleo Regional de Educação de Apucarana, ocorrido no último dia 10.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares, no endereço: R. Miguel Simeão, 447, CEP: 86800-260 - Apucarana/PR.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Roberto de Oliveira Santos tinha 36 anos de carreira como professor de escola pública em Apucarana. Ele foi Diretor do Colégio Estadual Nilo Cairo e exercia pela segunda vez o cargo de chefe do Núcleo Regional de Educação de Apucarana, que abrange 16 municípios.

O professor Robertinho, como era conhecido, foi Secretário Municipal de Educação. Era formado em Filosofia, Pedagogia e Letras.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Santos, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 1629

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Rodrigues da Cruz, nesta capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1630

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Gildanira Bezerra Barros Silva, ocorrido no dia 06 de junho de 2007.

Toledo e sua gente chora a morte de Dona Gilda. Uma grande mulher, pioneira, que juntamente com o inesquecível Oscar Silva, primeiro Coletor Federal do município, por longas décadas se dedicou com grande espírito comunitário e solidariedade humana ao bem coletivo e crescimento e desenvolvimento do município. Brava gente, firme, decidida, mãe e esposa exemplar, pessoa destacada, respeitada e admirada por todos, pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se associa à dor da família enlutada, transmitindo suas condolências aos filhos, genros, noras, netos e parentes, dando ciência desta decisão a Arquimedes Barros da Silva, à R. 7 de Setembro, 578 CEP: 85900-220 - Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 1631

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento do Sr. Romeu Almeida Ribas, ocorrido na última quinta-feira, dia 07 de junho.

Romeu Almeida Ribas tinha 83 anos, foi o ex-Prefeito de Ponta Grossa e administrou a cidade em 1982. Foi o primeiro Prefeito a tomar posse no novo paço municipal. Na vida pública, sempre se comprometeu com as causas trabalhistas. Foi membro do PTB, até o período do golpe militar, no momento ao qual se filiou ao antigo MDB.

Teve sua vida marcada fortemente com o povo de Guaragi, onde a sua empresa, a Cerâmica São Sebastião, contribuiu para o desenvolvimento daquele distrito.

É com pesar que perdemos um ser humano que dispôs da vida para lutar pelas causas mais nobres da democracia.

Requer ainda que seja dada ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Vicente Machado, 411, Apto 01, Centro - CEP: 84010-000 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações e aplausos, ao Sr. Paulo Roberto Rink.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao jogador curitibano Paulo Roberto Rink, em reconhecimento a sua brilhante carreira, nesta ocasião marcada por sua despedida dos gramados.

Em sua trajetória esportiva, atuou em importantes clubes como: Atlético, Atlético-MG, Chapecoense, Bayer Leverkusen, Santos, Nürnberg, Energie Cottbus, Olympiakos Nicosia, Vitesse, Chonbuk Hyundai Motors, Omonia Nicosia e Seleção Alemã.

Mas foi como atacante do Clube Atlético Paranaense que conquistou projeção e títulos como nos anos: 1990, 1994, 1995 a 1997, Campeão Paranaense em 1990 e Campeão Brasileiro da Série B em 1995.

**REQUERIMENTO Nº 1617**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações e aplausos, ao Dr. Heron Arzua.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao atuante Dr. Heron Arzua, em reconhecimento ao seu importante trabalho em prol da comunidade paranaense, desenvolvido à frente da SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda.

A seriedade e competência com que conduziu esta pasta e sua importância no mundo jurídico paranaense, onde se destaca como brilhante tributarista, justificam esta modesta homenagem.

**REQUERIMENTO Nº 1628**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Brosnilau Antochecen e Martina Antochecen, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se formando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 1632**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após apreciação e aprovação pelo douto Plenário, seja inserido, na ata da Sessão de hoje, voto de congratulações à diretoria e cooperados da UNIMED-PR, pela realização, em Foz do Iguaçu, do 15º SUESPAR.

Mais de 8 mil valorosos médicos paranaenses fazem parte da UNIMED, cooperativa que presta extraordinário serviço no trato e zelo com a saúde de nossa população. A competência, dedicação e respeito da direção, funcionários e cooperados da UNIMED-PR merecem o reconhecimento e a homenagem desta Casa de Leis, que requeiro seja comunicada ao Presidente Orestes Barrozo Pulin, à R. Antonio Camilo, 283, Tarumã, Curitiba.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

**REQUERIMENTO Nº 1610**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações e aplausos, ao Sr. Roberto Gava.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Roberto Gava, Presidente-Executivo da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal, pelos relevantes serviços prestados em prol da classe.

**REQUERIMENTO Nº 1611**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações e aplausos, a Sra. Roberta Storelli.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Sra. Roberta Storelli, Diretora de Marketing da Secretaria Municipal da Comunicação Social de Curitiba, em reconhecimento ao seu trabalho dinâmico frente a esta importante função.

Destacamos sua dedicação e competência, prestando relevantes serviços à comunidade.

## REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembléia Legislativa, no dia 11 de junho de 2007, das 10 às 13 horas, em reunião da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, conforme convocação anexa.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações abaixo, em face das notícias divulgadas pela imprensa, relativas a Operação Navalha, deflagrada pela Polícia Federal, onde é citada a empresa Engevix Engenharia Ltda, que tem diversos contratos firmados com a Companhia Paranaense de Energia COPEL e Companhia de Saneamento do Paraná SANEPAR:

- Há quanto tempo o Governo do Estado mantém relações comerciais com a Engevix?

- Existe algum outro órgão do Governo do Estado, além da COPEL e SANEPAR, que mantenha contratos com a referida empresa? Em caso afirmativo, relacionar citando qual órgão e a que contratos se refere, anexando documentação.

- Quais são os contratos firmados entre a Engevix e a COPEL e SANEPAR nos últimos 6 anos, e a que obras se referem?

- Houve processo licitatório para a constratação da citada empresa? Que tipo de licitação foi realizada?

- Anexar todos os documentos comprobatórios do processo licitatório de cada contrato firmado, tanto da COPEL quanto da SANEPAR, citando quem foram os demais participantes.

- Foram executados os projetos licitados? em caso afirmativo, fornecer cópia da documentação comprobatória.

- Há ainda algum contrato em execução? Em caso afirmativo, listar e anexar documentos.

- Houve contrato aditivo em alguma das obras licitadas? Juntar os aditivos feitos aos contratos.

Segundo divulgado pela imprensa, ocorreu pagamento de indenizações pela COPEL a Engevix no valor de R\$ 3,4 milhões. A que se refere as indenizações pagas?

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

**Projetos de Lei**

## PROJETO DE LEI Nº 422/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural de Música e Arte de Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural de Música e Arte de Ponta Grossa, foi fundada em 20 de novembro de 2001, é uma entidade sem fins lucrativos que tem como finalidades a promoção da cultura, da música e da arte, através de promoções e eventos destinados a promover o canto coral, a formação musical, a organização de eventos musicais e artísticos, a motivação na formação de grupos vocais, conjuntos de câmara e populares, estimulando o intercâmbio cultural, desenvolvendo suas atividades com pessoas de todas as classes sociais, incentivando a participação de jovens, adultos e idosos no mundo da música e arte.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação Cultural de Música e Arte de Ponta Grossa, do município de Ponta Grossa.

## PROJETO DE LEI Nº 423/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Os bares, restaurantes e similares ficam autorizados a cobrarem de seus clientes, 10% (dez por cento) do valor da despesa a título de gratificação aos garçons.

Parágrafo Único. Os bares, restaurantes e similares ficam obrigados a repassar integralmente ao garçons o valor estipulado no *caput* deste artigo.

Art. 2º O acréscimo estipulado no artigo 1º só poderá ser cobrado nos estabelecimentos que trabalham com garçons e que comunique antecipadamente seu cliente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO



**JUSTIFICATIVA:**

Este projeto visa regulamentar a taxa de serviços, mais conhecida como “10% do garçom” em todos os bares, restaurantes e similares do estado do Paraná.

A taxa do garçom está relacionada na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) como complemento do salário, no artigo 457: *compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber*. E mais abaixo, no parágrafo 3º, explicita-se que a taxa deve ser repassada sempre ao funcionário: *considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados*.

Assim, entendemos ser de fundamental importância a aprovação desta lei.

**CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas****Capítulo II****Da Remuneração**

(...)

*Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1999, de 01/10/53, DOU 07/10/53)*

*§ 1º Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador. (Redação dada pela Lei nº 1999, de 01/10/53, DOU 07/10/53)*

*§ 2º Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado. (Redação dada pela Lei nº 1999, de 01/10/53, DOU 07/10/53)*

*§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados. (Parágrafo incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28/02/67, DOU 28/02/67)*

**PROJETO DE LEI Nº 424/07**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação dos Compositores do Estado do Paraná, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma entidade não governamental, fundada em 25 de abril de 1994, tendo sua sede situada a R. Sinke Ferreira, nº 562, na capital do estado.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição, como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

**PROJETO DE LEI Nº 425/07**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Assistência Social São José Abassajo, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma entidade não governamental, fundada em 01 de maio de 2005, tendo sua sede situada a R. Thadeu Wasilewski, nº 72, bairro Abranches, na capital do estado.

Conforme breve relatório das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição, como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

**PROJETO DE LEI Nº 426/07**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Casa de Apoio Belém, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma entidade não governamental, fundada em 07 de fevereiro de 2006, tendo sua sede situada a R. Frederico Hain, nº 52, na capital do estado.

Conforme breve relatório das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição, como forma de

incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 427/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná - FECAMPAR, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma entidade não governamental, tendo sua sede situada na capital do estado.

Conforme breve relatório das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição, como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

***Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para registrar a minha solidariedade a um grito de apelo e de pedido de justiça e atenção à segurança do nosso estado, mais especificamente, Deputado Belinati, a nossa cidade de Londrina. Tenho um amiguíssimo Vereador e também Pastor, nessa cidade, que me encaminhou um ofício pedindo que nesse momento nos pronunciássemos para nos somar a um apelo, que já tem sido notório na cidade de Londrina, por mais atenção à segurança.

Diga-se de passagem, todos sabemos que a segurança no nosso estado não vai bem. Prova disso, o relato do legislador municipal, Renato Lemes, que pediu que nos pronunciássemos hoje abordando os temas, sobre: o aumento dos assassinatos; o tráfico de drogas e a violência, em Londrina em específico; uma atenção diferenciada à segurança pública no município de Londrina; a implantação de um plano de segurança; e as propostas da Assembléia Legislativa como um todo, bem como da

Secretaria da Segurança do Estado, com relação a providências à cidade de Londrina.

Ele ressalva em seu ofício, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que dias atrás o Pastor Erinaldo Lopez da Silva foi morto com um tiro na cabeça, por um assaltante, dentro da sua igreja, na frente dos seus membros, durante uma vigília - pasmem, senhores - que fazia o apelo pela paz da cidade. Também recentemente, freiras foram assaltadas em sua residência oficial, onde as assaltantes jogaram álcool em seus corpos ameaçando atear fogo sobre elas. Recentemente, no domingo, dia 3, um jovem de 19 anos foi morto dentro de sua casa, ao tentar socorrer o seu pai que estava sendo agredido por assaltantes. Se não bastassem os casos citados, temos visto essa violência, diariamente, não somente em Londrina, mas em todo o estado. Ele faz o apelo pedindo providências, uma atenção.

Quero deixar bem claro, Deputado Belinati - o Deputado Cheida logo estará conosco nesta tarde - que o assunto de segurança independe de sigla partidária, independe de cores partidárias, de Oposição ou Situação. Realmente a situação tem sido caótica, tem sido catastrófica e se não nos mobilizarmos, onde vamos parar?

Então, quero aqui me somar aos esforços dos Parlamentares eleitos em Londrina: Deputado Antonio Belinati e Deputado Cheida, e deixar bem claro que a razão de ocupar a tribuna para fazer este pronunciamento não tem nada a ver com o meu partido ou coisa semelhante, mas sim de uma bandeira que todos temos a responsabilidade de empunhar, de defender e de fomentar discussões para que cheguem a soluções práticas para que casos como esses não se repitam e venham não apenas a ser amenizados, mas extintos definitivamente do nosso estado.

Então, fica aqui o meu registro, a minha indignação da política de segurança do nosso estado, que está mais do que obviamente provado que é muito deficitária, deixa muito a desejar, e somar-me em forças, colocando também o meu mandato à disposição não só dos parlamentares citados, mas de toda a Assembléia Legislativa, para que possamos proporcionar resultados eficazes a essa situação de Londrina. E quero também deixar bem claro, Srs. Deputados, como o nobre Vereador de Londrina deixa bem destacado em seu ofício, que o problema de segurança não é restrito a este ou àquele município, mas a todo o estado do Paraná. Sabemos que outrora apenas estados como o Rio de Janeiro e São Paulo ganhavam as manchetes dos jornais de forma negativa, mas hoje, infelizmente, cidades paranaenses tidas como pacatas, seguras e tranquilas já não mais o são.

Então, fica aqui o meu registro, Sr. Presidente. Sei que extrapolei, mas como não cortou o som e como bom falante, deixei transcorrer o tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vou usar, daqui a pouco, o horário do PTB, até porque estão faltando documentos que nos chegaram e que quero fazer uso em relação à questão da URV e daquele Plano Collor e Plano Bresser, em que recebi um pedido de informações agora que muitos funcionários no estado do Paraná pediram a equiparação salarial naquele momento em que houve a troca de moeda daquele plano da URV. Vários funcionários do estado promoveram ações na Justiça para ter o direito da diferença, inclusive funcionários desta Casa, funcionários do estado do Paraná, funcionários de todas as instituições do estado.

Para minha curiosidade, fiz um pedido de informações ao Tribunal de Contas e recebi agora a informação que o Tribunal de Contas pagou os seus funcionários - todos os funcionários do Tribunal de Contas do Paraná recebem a diferença da URV! Então, Sr. Presidente, não é justo que os funcionários desta Casa não recebam também a URV. Sei que tem uma ação tramitando, o Tribunal de Contas do Paraná já pagou os seus funcionários, todos os funcionários do Tribunal de Contas do Paraná receberam a diferença da URV. Eu estou com o documento, mas o meu carro acabou indo até o Instituto Médico Legal socorrer uma família e a minha bolsa está lá e eu estou com o pedido de informações que eu recebi do Tribunal de Contas do Paraná.

Mas, quero chamar a atenção dos funcionários desta Casa, dos funcionários do estado do Paraná, que todos têm direito a receber a URV. Isso dá um bom dinheirinho! O pessoal comece a preparar as contas aí: o pessoal da taquigrafia, do som, todo mundo aqui nesta Casa. A diferença é muito boa! É uma grana boa! Para quem está devendo no banco, e a maioria dos funcionários está pendurada lá no banco, aquele descontinho que paga por mês, todo mundo deve! Se Deputado deve, imagine os funcionários!

Então, senhores, se preparem, porque eu, a partir de hoje, Sr. Presidente, seja quem for o Presidente, vou começar a fazer a cobrança para que esta Casa pague os seus funcionários, porque se o Tribunal de Contas do Paraná já pagou os seus funcionários, não é justo que esta Casa não tenha recebido, não só esta Casa, mas todos os funcionários do estado. E como o Tribunal de Contas do Estado é o guardião do que pode e do que não pode pagar, Deputado Luiz Carlos Martins, o Tribunal de Contas é o guardião e é acima do Ministério Público, ele julga o que pode e o que não pode pagar, e se ele pagou, todo mundo pode receber.

Então, hoje eu quero trazer uma grande notícia a todos os funcionários, inclusive aos funcionários do estado: acho que o Governador Requião também vai mandar pagar, até porque se o Tribunal de Contas do Paraná pagou, todo mundo tem que receber. Todos os funcionários do estado do Paraná têm que receber: os

professores das universidades, os professores das escolas públicas do estado, os funcionários do Governo, da saúde, todo mundo tem direito de receber a URV. E vou contar a vocês, eles já receberam, os funcionários do Tribunal de Contas já receberam. E não adianta Conselheiro do Tribunal de Contas ficar aí com papo furado que é para apressar as minhas contas, lá eles podem apressar até o que eles quiserem, não estou mais preocupado com eles, porque eu sei que eles vão reprovar sempre as minhas contas, porque o negócio deles é aprovar contas sabemos de quem. Em breve vou trazer aqui um documentário muito forte sobre o Tribunal de Contas, estou trabalhando e em breve muita gente vai se assustar com o que eu vou ter coragem de mostrar aqui, que tem pouca gente que tem.

Então, senhores funcionários, os da Assembléia que estão me ouvindo, os funcionários têm direito à URV, porque se os funcionários do Tribunal de Contas receberam, os daqui também têm direito. Daqui a pouquinho, no horário do PTB, que é o Partido dos Trabalhadores Brasileiros. Partido Trabalhista Brasileiro, no próximo intervalo, eu vou ler aqui o documento em que o Tribunal de Contas do Paraná admite que pagou os seus funcionários.

Então, nesta Casa os funcionários também têm direito e os demais funcionários do estado do Paraná. Daqui a pouco eu volto. Aguardem!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Professor Luizão.

## ***Deputado Professor Luizão (PT)***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, senhores e senhoras.

Sr. Presidente, me inscrevo hoje para falar sobre uma matéria da Gazeta do Povo, sobre economia, um destaque sobre o valor do salário-mínimo que na semana passada alcançou a marca histórica de US\$ 200. E essa marca, segundo o IPEA e o Banco Central, não é alcançada desde 1953, no Brasil. Então, é um valor significativo. É claro que o salário-mínimo não atende todas aquelas necessidades básicas do cidadão de quando foi instituído o salário-mínimo no Brasil. Mas, se acompanharmos o histórico do salário-mínimo, nós podemos comprovar que é significativo o valor do salário-mínimo, é claro que favorecido pela queda do dólar, também, que vem se acentuando nos últimos tempos.

Alguns dados são interessantes: a marca dos US\$ 100 só foi alcançada em 1995, após a implantação do Plano Real. E logo em seguida foi caindo o valor do salário-mínimo em relação ao dólar e eu lembro que no início do Governo Lula falava-se muito que o salário-mínimo, era uma meta do salário-mínimo chegar aos US\$ 100 e esta meta não só foi alcançada com foi dobrada - dobrou em relação à meta que era dos US\$ 100.

Então, na semana passada, quando a cotação do dólar estava a R\$ 1,90, o salário-mínimo alcançou a marca de US\$ 200, com o seu valor de R\$ 380. E nós sabemos que no Brasil, está inclusive aqui nesta matéria da Gazeta do Povo, que uma grande quantidade de trabalhadores no Brasil, 44 milhões de pessoas têm seu salário vinculado ao salário-mínimo e também um elevado número de aposentadorias, em torno de 17 milhões de aposentados, que sabemos a importância desses aposentados na grande maioria dos municípios brasileiros, são os aposentados que movimentam a economia, que sustentam a família.

Então, o valor alto do salário-mínimo, que não é o ideal, bem lembrado, mas é um valor que em relação aos últimos anos, conforme a matéria da Gazeta do Povo, desde 1953, comparados ao dólar e o poder de compra em relação a cesta básica, o salário-mínimo é o melhor valor desde 1971, há 36 anos atrás. Então, há 36 anos atrás o valor do salário-mínimo em relação aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, comparados com o valor do salário-mínimo, o que era possível comprar com o salário-mínimo, há 36 anos atrás, só hoje foi alcançado novamente, desde 1971. E é claro que é possível acontecer isto porque o valor dos produtos da cesta básica, aquilo que o cidadão precisa no dia-a-dia, também o Governo está trabalhando forte para que a cesta básica continue num patamar baixo.

Recentemente fui ao mercado para fazer um levantamento do preço das mercadorias da cesta básica, principalmente alimentos, e pude constatar que o trabalhador encontra arroz a R\$ 5 o pacote; o açúcar, no Carrefour, em Pinhais, eu vi a R\$ 4; feijão a R\$ 1; azeite, R\$ 1,70.

Então, é sinal que de um lado o valor do salário-mínimo está sendo valorizado.

Temos uma preocupação do Governo Federal de valorizar o salário-mínimo, é claro, dentro das limitações do Governo, porque é o Governo que arca com o pagamento das aposentadorias, neste valor do salário-mínimo, mas que, por outro lado, está segurando o valor da cesta básica. Passou a eleição, porque muito diziam - não, o valor do arroz, do feijão, do açúcar está baixo por causa da eleição, mas passou-se a eleição já há alguns meses e vemos ainda o valor da cesta básica bastante baixo para o trabalhador, favorecendo a vida do trabalhador. E podemos constatar também pelo preço da gasolina - eu lembro que quando o Lula assumiu, o preço da gasolina era R\$ 2,25, R\$ 2,30, e passaram-se já os 4 anos do Governo Lula, já estamos no 5º ano, e o valor do preço da gasolina não chega a ultrapassar o que era praticamente há 5 anos atrás.

Então, vemos que a economia do Brasil está organizada e o Brasil tem rumo.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Cheida, com a palavra, ainda no Pequeno Expediente.

## **Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Nesta semana que passou, o nosso gabinete fez um levantamento a respeito das emissões dos chamados gases estufa, fruto da nossa atividade parlamentar. Um ensaio, um levantamento de certa maneira até grosseiro, levando em conta as viagens, os deslocamentos destes Deputados, de seus assessores, por carros, ônibus, aviões, os quantitativos de gastos com energia elétrica, levando em consideração o consumo de lâmpadas de 40 watts, 20 watts, rádio ligado, monitor de computador, o computador, carregadores de celular, enfim, tudo aquilo que fazemos e que demanda o chamado pool nos gases estufa. Fizemos, como disse, um parâmetro com os organismos internacionais, Deputada Rosane, Deputada Beti Pavin, Deputado Teruo, com relação ao que preconiza a ONU, um órgão da Organização das Nações Unidas, e fizemos um comparativo que exponho, muito rapidamente aos colegas Deputados: primeiro para dizer que isso é possível ser feito, quem sabe possamos todos, daqui a pouco, estar fazendo em nossos gabinetes e que a Assembléia Legislativa certamente dará conta disso, como foi proposição da Comissão de Meio Ambiente desta Assembléia e amplamente aprovada em Plenário, num consenso com todos os Deputados há duas semanas atrás.

Para que os Deputados tenham idéia, o cálculo, em termos de gás carbônico dos carros, da quilometragem que fazemos, todos os carros que temos - e são carros particulares, como de todos os Deputados daqui, não há carro do Governo - esses gases totalizaram 4,2 toneladas de emissão de gás carbônico. Quatro meses, 4 toneladas, aproximadamente uma tonelada por mês, Deputada Rosane. O cálculo de deslocamento de ônibus, apenas 1 funcionário faz deslocamento de ônibus aqui dentro da cidade de Curitiba, 0,2 toneladas. O cálculo das viagens de avião, 12 deslocamentos de Londrina a Curitiba, ida e volta, 12 viagens de ida e 12 de volta em 4 meses, 2,5 toneladas. O cálculo de dispêndio de gás carbônico com energia elétrica, 13,7 toneladas, levando em conta as emissões que geram, de acordo com a potência, com o horário, com o dia, com a hora que geram gases estufa. O total, companheiros Deputados, foi que nós emitimos o relativo a 20,8 toneladas de gás estufa, aproximadamente 21 toneladas de gás estufa.

Seguindo o raciocínio de que uma tonelada de gás estufa é seqüestrada para cada 6,6 árvores plantadas, ou seja, a cada 6,6 árvores plantadas, mais uma tonelada de gás carbônico é retirada do ambiente e transformada em madeira e celulose, teríamos então que, para neutralizar isso, plantar 137 árvores, e foi o que fizemos sábado passado, anteontem, no Parque Estadual Mata do Godoy, lá em Londrina, conhecido de todos, plantando 137 árvores em uma área que necessita de recuperação. Essas árvores são árvores nativas que nosso gabinete pretende plan-

tando, também cuidar delas, porque de nada adianta plantar se elas não crescerem e seqüestrarem carbono.

Digo isso a todos os Deputados, porque isso pode dar uma média, mais ou menos, do que é que cada gabinete pode fazer, se nós multiplicarmos isso por 3, Deputada Beti, vamos ter 137 vezes 3, ou seja, aproximadamente 500 árvores no ano. Cada Deputado, se plantar e cuidar, vamos estar neutralizando estas atividades. É uma gota no oceano, digamos que isso não significa nada em termos dos gases estufa, mas seguramente é um grande exemplo e demonstra mais do que isso, a possibilidade que possamos trilhar este caminho. É uma mudança de conduta, é uma mudança de parâmetro, sem dúvida nenhuma uma mudança de comportamento para a qual afirmo a todos os Deputados que é possível e é preciso que ajamos desta forma!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Ney Leprevost.

### ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna hoje é um assunto que vem gerando grande polêmica e que tem sido notícia diariamente nas páginas dos principais veículos de comunicação da capital paranaense. Esse tema é um tema polêmico, ouvi atentamente na semana passada uma brilhante exposição do Deputado Osmar Bertoldi, que tem uma opinião diferente da minha, mas expôs com brilhantismo a sua opinião. E percebo que algumas lideranças vinculadas ao partido do Governo do Estado, ao contrário do que fez o Deputado Osmar Bertoldi, que debateu o tema tecnicamente nesta tribuna, vêm tentando politizar o debate sobre a abertura da Praça Miguel Couto, a Pracinha do Batel.

Em primeiro lugar, quero dizer que morei muitos anos em frente a essa praça, durante toda a minha infância. E que na minha modesta opinião, Sr. Presidente, a questão da Pracinha do Batel não se trata de ser a favor ou contra. Quando você vai a um dentista e o dentista afirma que tem que extrair o seu dente, não existe opinião a favor ou contra a extração daquele dente. Quando uma pessoa tem um problema cardíaco e precisa desentupir uma veia, não existe ser contra ou ser a favor. O que existe é uma necessidade. E hoje é necessária a abertura da Praça do Batel, para que o trânsito na região possa fluir.

(Lê:)

“As praças são um importante espaço de convivência comunitária.”...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. fará uso do horário da Liderança do PP.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

(Lê:)

“Democráticas, elas incentivam a integração, aproximam bairros e pessoas. Esta é a compreensão de administração municipal e do Prefeito Beto Richa, que nos últimos 2 anos reformou, melhorou ou ampliou 72 praças e parques públicos de Curitiba. Este processo continua em 2007, quando 19 praças serão revitalizadas. É esse o conceito de preservação, de melhoria dos espaços de convivência e de modernização da cidade que orienta a reorganização viária de Curitiba e, na região do bairro Batel, a revitalização da Praça Miguel Couto, a chamada Pracinha do Batel.

Ao contrário do muito que se disse e que muitas vezes foi publicado, o projeto do binário formado pelas ruas Euclides da Cunha x General Aristides Athayde Júnior/Desembargador Costa Carvalho/Carneiro Lobo, que liga os bairros Bigorrião e Água Verde, amplia em 295m<sup>2</sup> a Pracinha do Batel. A área destinada ao pedestre e à convivência dos moradores do bairro será maior e mais segura, porque o trânsito no entorno será reordenado. A praça ganhará novo paisagismo, novos bancos, nova iluminação, floreiras, canteiro com flores e um novo café. Todos os elementos históricos como o busto do Barão do Cerro Azul, o pergolado e as bancas de flores e revistas são mantidos, garantindo a caracterização do patrimônio cultural.

#### **Debate Democrático**

A revitalização da Pracinha do Batel faz parte de um projeto maior, amplamente discutido com os moradores da região. Democraticamente, a população do bairro vem tendo oportunidade de se manifestar, atendendo ao princípio básico da gestão do Prefeito Beto Richa, o da participação da comunidade na definição de projetos. Moradores e representantes da comunidade participaram de reuniões durante 6 meses no IPPUC e na Administração Regional da Matriz. Audiências públicas foram realizadas. Democraticamente, a população da região vem tendo oportunidade de manifestar-se. É assim que age o Prefeito Beto Richa.

A área da Praça Miguel Couto, que nasceu como um jardimete no entroncamento das ruas Bispo Dom José, Gonçalves Dias e Avenida do Batel, em área que pertencia ao Barão do Cerro Azul, manteve-se separada dos casarios e, mais tarde, do edifício Napoleão Sbravati, por uma rua, até 1973.

Em 2000, um canteiro de 230 m<sup>2</sup> foi implantado para permitir a conversão à esquerda, dando início à série de conflitos de trânsito na região. O canteiro criado para fazer a conversão à esquerda do trânsito da Avenida Batel foi feito por meio de um “cotovelo”, cuja única função tem sido a de dificultar o trânsito na região. Nas horas de pico, o congestionamento, muitas vezes com a formação de fila dupla, aumenta a poluição sonora e do ar, o consumo de combustíveis e o tempo gasto nos deslocamen-

tos. O IPPUC utilizou para esta avaliação o método Software Transyt - Traffic Network Study Tool - recomendado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID - considerando os cruzamentos das ruas Bispo Dom José e Costa Carvalho; das ruas Gonçalves Dias e Carneiro Lobo; das ruas Gonçalves Dias e Antonio Baby; a Avenida Batel e a rua Francisco Rocha; a Avenida Visconde de Guarapuava a Carneiro Lobo e Avenida Visconde de Guarapuava com Francisco Rocha.

#### **O Novo Projeto**

Em 2007, o novo projeto aumenta a praça em 295m<sup>2</sup>, solucionando os problemas de trânsito e dotando a região de uma praça segura bem iluminada e com equipamentos adequados à vida cultural da região.

O novo projeto, discutido e debatido com a população, faz uma correção geométrica na pracinha, permitindo o acesso direto da rua Carneiro Lobo à Desembargador Costa Carvalho. O projeto do binário Bigorriho/Água Verde só agora é possível como decorrência de abertura de rua através da Sociedade União Juventus. Uma obra de boa engenharia que faz a opção de deslocamento por meio de uma hipotenusa e não de 2 catetos. E garante a passagem dos automóveis por meio de um novo conceito chamado *traffic calming*, que reduz a velocidade com a elevação da rua em 10 cm, facilitando a transposição dos pedestres com segurança.

Faz, também, uma revisão na travessia de pedestres e na sincronização de semáforos, tornando o local mais seguro. Reloca pedido antigo dos moradores - a feira de abastecimento, hoje na rua Carneiro Lobo, para local mais adequado. Transfere o ponto de táxis para área que oferece maior conforto e segurança aos usuários, em acordo com os taxistas. O projeto dota, ainda, a Pracinha do Batel de novo paisagismo com bancos, iluminação com os postes republicanos, floreiras, canteiros de flores e um novo café, a ser licitado. E mantém todos os elementos históricos, como o busto do Barão do Cerro Azul, o pergolado e a banca de flores e revistas, garantindo a caracterização do patrimônio cultural."

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, os debates que estão sendo colocados na mídia, quando feitos de forma técnica, como feito aqui neste Parlamento pelo Deputado Osmar Bertoldi, são elogiáveis, são importantes e são debates que contribuem para o conhecimento e o interesse maior da população em relação ao urbanismo.

Agora, o que nós temos visto, que é uma manipulação das pessoas através de uma tática terrorista que tem sido utilizada por um funcionário de órgão público do Governo do Estado do Paraná, membro do partido do Governador, tentando ludibriar a população, afirmando que a abertura da praça está sendo feita para beneficiar um shopping center, é uma falácia, pois me recordo que desde 2001 tenho sido procurado por moradores da região. No ano de 2001, o engenheiro Paulo Nascimento, que é Presidente da Associação dos Condomínios do Batel, me procurou e naquela época, já estive no IPPUC discutindo o projeto de abertura da Praça do Batel, que é

um projeto que existe há mais de 10 anos. A abertura da praça é necessária. A praça será revitalizada. O patrimônio histórico será preservado e a população do bairro, além de ganhar um local ainda mais bonito para o seu convívio, passará a ter mais segurança com a instalação de um quiosque da guarda municipal na Praça Miguel Couto.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

V. Exa. permite um aparte?

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Sobre esse assunto, Deputado Rossoni, eu gostaria de ouvir o seu aparte e também informar que hoje, a partir das 17 horas, por sugestão do Deputado Rossoni, na Prefeitura de Curitiba, estará à disposição dos Deputados, o projeto da abertura da praça para aqueles que quiserem ter mais informações sobre isso. Na última quarta-feira, o Deputado Osmar Bertoldi e o Deputado Fernando Ribas Carli filho, junto com o Deputado Rossoni, reuniram-se com o Prefeito Beto Richa para obter mais informações, mais detalhes sobre a abertura desta praça.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa. concede um aparte?

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Na sequência com muito prazer.

Pela ordem de inscrição, aparte ao Deputado Fábio Camargo.

#### **O Sr. Fábio Camargo (PTB)**

Deputado Ney Leprevost, entendo que a abertura da praça é algo que já deveria ter sido feito. Como disse V. Exa., se trata de uma questão que vem atrapalhando o trânsito já há alguns anos. Mas gostaria de chamar a atenção da Prefeitura de Curitiba. V. Exa. me acompanhou na Câmara Municipal, onde eu propus a abertura da Dom Pedro. Ali existe um prédio da Springfield, em Curitiba é um prédio tradicional, onde moram pessoas de nome e renome e que infelizmente a prefeitura vem se segurando para abrir aquela rua. Entendo que tem, sim, que abrir a Praça do Batel, mas tem, sim, que abrir a Dom Pedro para que aí possamos ter um binário que funcione, que desafogue a Ângelo Sampaio, a Sete de Setembro, a Silva Jardim e que com certeza aqueles que são contra que se dirijam às 18 horas naquela região, porque vai ficar muito claro que as posições são muito mais políticas do que técnicas. E não podemos admitir que se transforme numa discussão política e que acabe atrapalhando a vida do cidadão que depende daquela via para se locomover.

Parabéns, Deputado Ney Leprevost, acho que é realmente o momento demonstrarmos para que viemos, se viemos aqui para defender boa parte dos cidadãos e eles estão sofrendo com a politização que está havendo da abertura de uma praça tradicional, sim, mas como disse V. Exa., uma praça onde a Prefeitura vai ter condi-

ções de ampliá-la, de dar mais condições de segurança e manter os serviços que ali estão colocados para a população.

Parabéns a V. Exa. Como não tive a oportunidade de o Prefeito me ligar, diferente de V. Exa. que pediu para que defendesse o projeto, quando o Prefeito ligar para V. Exa., diga que estou solicitando a abertura da Dom Pedro também, porque temos que ter coragem na administração pública e o Prefeito Beto Richa está demonstrando abrindo a Praça do Batel.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Agradeço o aparte do nobre Deputado e, pela ordem de inscrições, Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

**O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

Quero divergir dessa idéia, como sempre com muito respeito, até pela admiração que tenho por você e pelo Fábio Camargo.

Ali, além de ser um ponto tradicional, não vejo a necessidade técnica de se abrir a Av. Batel, se abrir a Pracinha do Batel. Primeiro, porque é um ponto de encontro que a cidade perde, tira a feira noturna dali que é um ponto de encontro, já existem poucos na cidade. Depois há a Bruno Filgueira, essa sim não tem problema. A Dom Pedro nós temos um prédio que vai para a justiça essa briga, que está ali há muitos anos edificado sem autorização, mas está ali. E a Bruno Filgueira vai cortar um terreno que está vazio ainda. Sei que há intenção de se construir um Shopping, mas é mais fácil abrir a Bruno Filgueira do que você perder a Pracinha do Batel. É muito mais fácil para a cidade essa solução do que você ter que abrir um ponto tradicional da cidade.

Era isso.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Agradeço o aparte, mas em relação a feirinha quero esclarecer que está sendo providenciada uma nova área para a feira, provavelmente em frente, onde funcionava a Gasosa Cini onde está o Colégio Dom Bosco, uma área bem apropriada para a feira.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Não tem como prorrogar, Deputado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Se V. Exa. permitir e regimentalmente há condições, a Liderança da Oposição dá ao Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Regimentalmente não é possível, porque ele está no Pequeno Expediente, já pegou o horário do seu partido e não dá para colocar a Liderança da Oposição em mais um horário de liderança. Mas tem V. Exa. mais 2 minutos para concluir.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Agradeço, Deputado Zucchi.

Apenas, Deputado Stephanes, essa divergência técnica do IPPUC, nós divergimos tecnicamente do IPPUC em relação a uma questão urbanística é um direito legítimo que temos, mas é algo tão salutar, tão viável quanto divergirmos clinicamente do Dr. Batista, que é cirurgião gastrointestinal sobre a necessidade de uma cirurgia.

Acredito que o IPPUC está muito mais qualificado do que os Deputados Estaduais para saber se há necessidade urbanística ou não de abrir a Praça do Batel. Nesse ponto, prefiro respeitar a opinião dos engenheiros, dos arquitetos, das pessoas que passaram anos e anos estudando para isso, inclusive muitas delas por conta do contribuinte, já que se formaram na Universidade Federal do Paraná, e aí nenhum demérito, só elogios, acredito que essas pessoas têm um conhecimento técnico maior do que o nosso sobre o assunto.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Só para colaborar com V. Exa. quando Prefeito de Ponta Grossa, eu passei por um problema semelhante a esse na Praça Barão do Rio Branco, a praça que fica em frente à igreja mais tradicional de Ponta Grossa. Uma praça que precisava ser aberta exatamente no meio. Olha, Deputado Ney Leprevost, eu tive coragem de abrir a praça. Sofri uma ação judicial. Mande as máquinas trabalharem de noite para ver se o pessoal não acordava à noite, mas acordaram e aí foi difícil. O Juiz mandou uma ação, trancou a praça por 3, 4 dias, mas na sequência a praça foi aberta e é o maior sucesso em Ponta Grossa, hoje, no aspecto viário e social.

Hoje, Nossa Senhora de Santana sai da Igreja Rosário abençoando aquela alameda, subindo até a Catedral de Ponta Grossa. Foi a melhor obra que eu fiz em Ponta Grossa. Melhorou 100% a Praça Barão do Rio Branco e, hoje, todo mundo passa lá, todo mundo já passou naquela praça.

Se vai ter um shopping ali perto da Praça do Batel é melhor ainda! Imaginem quantos empregos vai gerar ali! Eu sou a favor da geração de empregos para as pessoas não passarem fome.

Parabéns a V. Exa.! Eu sou a favor de abrir a praça porque, tenho certeza que é igual à de Ponta Grossa.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Obrigado, Deputado Jocelito Canto e...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Ney Leprevost, eu cometi um equívoco, porque eu imaginei que o Deputado Rossoni tinha oferecido o horário do seu partido, do PSDB, mas ele ofereceu o horário da Liderança da Oposição, que pode perfeitamente. Então, V. Exa. faz uso do horário da Oposição.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Eu agradeço, Deputado Augustinho Zucchi. Então, pela ordem de inscrição, Deputado Romanelli, depois Valdir Rossoni, Osmar Bertoldi e Plauto.

Deputado Romanelli, com prazer ouço o seu aparte.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Muito obrigado, Vereador Ney Leprevost! O chamo de Vereador pelo sentimento, assim, como Vereador Osmar Bertoldi, Vereador Stephanes, Vereador Luiz Carlos Martins, Vereador Fábio Camargo, Vereador Rui Hara e eu também, porque tive o privilégio de ser Vereador na Câmara de Curitiba, por um breve período.

Como temos visto vereadores de Ponta Grossa discutir muito sobre temas de Ponta Grossa, nós também temos o direito de discutir questões importantes à cidade de Curitiba, e é claro que traz valores da cidadania.

Queria dizer, Deputado Ney Leprevost, que o tema que V. Exa. aborda é um tema importante. O Deputado Osmar Bertoldi já trouxe esse tema à discussão nesta Casa. Quero dizer a V. Exa. que a abertura da praça ou a não abertura da praça não é uma questão de Esquerda ou de Direita, ou seja, na medida que partidarizamos essa discussão, de fato, saímos da razoabilidade. Na verdade, a questão é urbanística, é pensar na cidade enquanto espaço da convivência.

Eu confesso que, há muito tempo, em um curso de especialização de gestão técnica do meio urbano que fiz na PUC, com professores franceses da Universidade Tecnológica Compiègne, fiz um trabalho acadêmico que era um estudo de impacto da vizinhança justamente naquele trecho do bairro Batel. Eu vi aquele conjunto residencial abandonado que, hoje, acabou virando uma concessionária de motocicletas da Harley-Davidson, justamente muito perto da praça, e resolvi trabalhar esse tema. Foi por isso que aprofundamos a discussão daquela praça, até reconhecendo alguns aspectos, um pouco do abandono da praça, por mais que ela esteja sendo utilizada, com os equipamentos urbanos que aí temos: a banca de jornal, a banca de flores, o ponto de táxi, além dos espaços de convivência.

Reconhecidamente, tenho conversado com muitos urbanistas e acabei tendo aula sobre sistema viário com professores franceses. É por óbvio que a solução que está sendo proposta, ainda foi pelo ex-Presidente do IPPUC, o Luiz Fregomeni, que é um brilhante urbanista, algumas das propostas que ele fez e que estão sendo implementadas pela gestão do Prefeito de Curitiba não têm dado tão certo assim. Tenho que reconhecer isso, por mais que eu reconheça no Fregomeni um dos melhores técnicos que temos na cidade. Basta ver a solução dada, ali, da Mário Tourinho, ficou um ruído muito grande no nosso sistema viário.

Deputado Ney Leprevost, parece-me que há outras soluções. Por exemplo, a solução que o Deputado Stephanes disse, da Bruno Filgueira, essa sim correta para você,

de fato, dar fluidez no trânsito naquela região. A praça Miguel Couto é o último espaço público institucional que temos, naquela vasta região onde moram, diga-se de passagem, as famílias mais tradicionais e afortunadas da cidade, embora hoje aquela região seja mais de comércio. Efetivamente, há soluções urbanísticas melhores do que romper aquela praça em 2.

O que me parece e que está muito ruim, do ponto de vista do debate e da discussão, é porque aquele jovem, Rafael Xavier, é alguém filiado ao nosso partido, o PMDB e é morador do bairro e se insurgiu, como outras tantas pessoas insurgiram-se, em função da questão da praça e a questão foi partidarizada. Reconheçamos que é muito ruim uma questão urbanística ser partidarizada, principalmente em uma cidade que falta tanto um espaço lúdico, do lazer e da convivência.

Penso que temos um problema grave na política: no Brasil, as relações não se dão em um plano institucional, elas se dão muito mais em função das relações pessoais ou até por conta do debate político. Temos uma tendência muito grande de sempre levar a questão para o pessoal. Se eu ceder, estou sendo derrotado pessoal, politicamente.

Penso que, na medida que o Prefeito Beto Richa propôs à cidade fazer uma gestão democrática, deveria, sim, parar, discutir e avaliar as alternativas, ver os prós e contras, fazer uma enquête naquela região, consultar a população, mesmo, de casa em casa, fazer uma avaliação daquilo e tomar uma decisão. Acho que há tempo para isso.

Encerro o meu pronunciamento nesse aparte que ficou meio longo, dizendo: há decisão judicial que suspendeu a abertura da praça; há um processo de um pedido de tombamento da praça tramitando, junto à área de patrimônio cultural do estado. Há tempo para o Prefeito fazer uma avaliação melhor do tema, do ponto de vista urbanístico e de ter a consulta da população. Acho que seria positivo se essa análise fosse feita, sem partidarizar o tema e tratar a questão como ela deve ser tratada, do ponto de vista urbanístico.

Muito obrigado.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Obrigado. Eu que agradeço o aparte do Deputado Luiz Claudio Romanelli, apenas lembrando, que se realmente a praça for aberta, o tamanho da praça, do espaço de convívio social, esse espaço lúdico que o senhor muito bem colocou aqui - é importante e fundamental que se pense nisso - irá aumentar. A praça irá aumentar em 295 m<sup>2</sup>, se realmente ocorrer essa mudança. Deputado Romanelli, tenho as fotografias, aqui, das audiências públicas que foram realizadas, com muitas pessoas comparecendo. Esse assunto foi amplamente debatido pela comunidade, durante 6 meses no IPPUC e na Administração Regional da Matriz - foram realizadas 8 audiências - e na região do Batel, para debater o assunto com a comunidade.



Grande parte da comunidade, eu diria, na sua maior parte, é a favor da abertura dessa praça, que o próprio representante dos moradores do Batel, que é o Paulo Nascimento, da Associação dos Condomínios do Batel, que é engenheiro inclusive, posicionou-se francamente favorável à abertura da praça. E outra questão que gostaria de frisar mais um vez, para que não seja mal interpretado aqui, em hipótese alguma, que a idéia não é mexer no patrimônio histórico da praça: tanto o busto do Barão do Cerro Azul, como o pergolado, as bancas de flores e a banca de revistas serão mantidos e a praça, se vier a ser aberta, ficará ainda mais bonita, porque foi desenvolvido um excelente projeto e depois até quero mostrar o desenho feito em computação gráfica, que é um belo projeto e tenho certeza que irá valorizar muito aquela praça e valorizar inclusive a região do Batel, que passará a ter uma praça condizente com a importância comercial que esse bairro adquiriu na nossa cidade.

Hoje, a praça infelizmente não está bem cuidada como deveria e o que se espera com a abertura dessa praça, se vier a acontecer, é que não seja apenas aberta, mas que seja revitalizada, passe a ser bem cuidada e passe a ter inclusive esse módulo da Guarda Municipal que estamos reivindicando junto à Prefeitura há mais de 3 anos e não conseguíamos e agora conseguimos que o Prefeito Beto Richa inclua também na revitalização da praça a instalação de um módulo da Guarda Municipal, que é uma reivindicação dos moradores das redondezas da Praça do Batel.

Mas, agradeço o seu aparte, Deputado Romanelli, e gostaria de ouvir agora o aparte do Deputado Osmar Bertoldi, que na semana passada fez aqui uma exposição brilhante, com argumentos que divergem dos meus, mas uma exposição muito bem feita sobre esse tema.

#### **O Sr. Osmar Bertoldi (Democratas)**

Muito obrigado, Deputado Ney Leprevost, pela oportunidade! Na verdade, Deputado Ney, o que divergimos na questão da abertura ou não da praça diz respeito a um conceito urbanístico onde você privilegia as pessoas, o cidadão antes dos carros. Quando se fala em gestão de um cidade, você tem que pensar que ela é feita para as pessoas, para se caminhar de maneira adequada, ter acesso a transporte coletivo e o carro, que me desculpem, mas ele está em último colocado nessa escala de valores. E quando nos posicionamos contrários - e estive com o Prefeito Beto Richa na semana passada, acompanhado com o Deputado Rossoni, comentava com ele que mesmo sendo feita a reforma da praça, sou contrário até porque acho que a reforma da praça independe se abre ou não, porque o bairro do Batel merece uma praça em uma condição mais adequada.

No que diz respeito a essa solução encontrada muito mais pelo sistema viário da Prefeitura do que por alguns técnicos do IPPUC, não encontro uma solução de

longo prazo no que diz respeito à abertura em si da praça, até porque a caixa de espera entre uma rua e outra só vai permitir a presença de 8 carros enquanto o semáforo estiver fechado. Isso quer dizer o quê?

Que aquela pessoa que vem em direção à Avenida Batel, em um curto espaço de tempo será proibida de convergir à esquerda, porque aquele empilhamento de carros que ocorre hoje devido ao retorno, vai ocorrer em uma quadra anterior. Mas, nesse sentido, acho louvável a posição do Prefeito Beto Richa de nos chamar para mostrar o projeto, acho louvável a questão de hoje, a partir das 17h, estar à disposição o projeto da Praça do Batel para todos os Deputados e não acredito que a obra tenha sido feita para beneficiar shopping A ou shopping B, e isso acho uma coisa que não diz respeito ao corpo técnico da prefeitura, porque ela, dentro do seu conjunto de funcionários, está mais preocupada em solucionar problemas. Se estou errado ou não, isso o tempo nos dirá.

Agora, volto a dizer que sou contra, porque acho que a Prefeitura de Curitiba tinha que estar preocupada neste momento em qual rua de Curitiba vamos tirar os carros e vamos fazer calçada?

E qual será a alternativa de transporte de massa, até porque, a meu ver, solução de trânsito passa por transporte de massa?

Obrigado.

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Deputado Osmar Bertoldi, agradeço o seu aparte e quero dizer que sou a favor da abertura da praça pelo mesmo motivo que o senhor é contra, porque acredito, nesse conceito urbanístico, que precisamos ampliar os espaços para que as pessoas que não estão no carro, para que o pedestre, para que o cidadão possa, realmente, ser dono da cidade. O dono da cidade é o cidadão. E com esse projeto de abertura da praça, a praça terá a sua área ampliada em 295m<sup>2</sup>, indo exatamente comungar com esse conceito urbanístico, por sinal muito justo e inteligente, que V. Exa. coloca aqui.

Então, veja como é interessante o debate democrático, nós pelo mesmo motivo temos uma opinião divergente. É isso que faz com que a democracia seja algo maravilhoso e é exatamente por isso que estamos aqui na Assembléia, para debater com essa lucidez questões importantes do nosso estado e dos nossos municípios.

Obrigado pela sua benevolência, Presidente Zucchi.

### ***Grande Expediente:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Grande Expediente, conforme requerimento do Deputado Jocelito Canto, vai fazer uso da palavra, por 30 minutos, o Prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck.

## ***Sr. Nelson Tureck - Prefeito de Campo Mourão***

O SR. NELSON TURECK

Uma saudação especial ao Presidente da Assembleia, Deputado Augustinho Zucchi; ao Chico Noroeste, Secretário; ao Edgar Bueno, e uma saudação especial aos Deputados e Deputadas desta Casa.

Hoje é uma alegria voltar aqui e subir nesta tribuna de tantos pronunciamentos em defesa da verdade, da lealdade, do companheirismo e, acima de tudo, para um Paraná mais justo, um Brasil mais solidário, municípios cada vez mais pujantes, com a força da sua comunidade, do seu Legislativo e do Executivo.

Hoje volto aqui para dizer, como Prefeito de Campo Mourão, que é uma honra muito grande sair aqui desta Casa com um projeto que foi aprovado pelos Exmos. Deputados, o projeto do pólo da indústria de alimentos, que teve como relator, hoje é Vice-Governador, o Orlando Pessutti.

Deixei de ser Deputado para disputar a Prefeitura de Campo Mourão no meu 3º mandato como Deputado e fomos vitoriosos. Mas, volto aqui hoje para dizer de uma atitude, de uma decisão, dos boatos, dos fatos que a imprensa brasileira noticiou sobre o fechamento de um canal de televisão, a TV Carajás, em Campo Mourão. Vários aqui já foram Prefeitos e sabem da responsabilidade e do compromisso com a Lei de Responsabilidade Fiscal, das prestações de contas perante o Tribunal de Contas, quando um Prefeito não obedece a legislação, principalmente na sua arrecadação, quando se abre mão do seus impostos.

E como dói no nosso coração, Deputado Edgar Bueno, V. Exa. que foi Prefeito em Cascavel, como dói no teu coração você ter que mandar executar um trabalhador, um pedreiro, carpinteiro, a merendeira, o motorista, porque não pagou o seu alvará, porque não pagou o seu IPTU, porque ele não pagou o asfalto e o Prefeito tem que executar mandando para o fórum, porque se eu não o fizer estou infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e cometendo uma ato de improbidade administrativa. Foi o que ocorreu em Campo Mourão - 28 mandados. 28 - eu não podia mandar lá no bairro fechar o armazém, eu não podia mandar fechar o bar ou uma pequena oficina ou um pequeno estabelecimento comercial se eu não tiver o parâmetro de que perante a justiça todos são iguais: o pequeno, o médio e o grande.

Como a televisão, e eu deixei um roteiro para os Srs. Deputados, como que começaram os procedimentos, desde o início da sua instalação em Campo Mourão, ela não poderia, de forma alguma, Belinati, Duílio Genari, que já foram Prefeitos, ser diferente daquele pequeno. Por quê? O pequeno cobra: "Prefeito, como que o senhor está mandando lacrar o meu estabelecimento e como que o senhor deixa a Televisão Carajás sem ter o alvará, o habite-se, ou muitas outras exigências que precisa para

que ele tenha realmente o poder, para que ele ali possa se instalar, abrir, comunicar e poder fazer a sua propaganda?

Por esta atitude, Srs. Prefeitos, nós determinamos, porque a lei é para todos, e quando nós lacramos também a TV Carajás, a TV está providenciando a documentação e nesta quinta-feira estaremos dando a liberação. Aqueles que providenciaram, dos 28 embargos que foram feitos, teve muitos que no outro dia já estavam liberados, têm alguns que demora 5 dias, outros demora 10 dias, depende de quando se juntou, se agregou tudo aquilo que determina o código de postura da legislação do município.

E foi isto que aconteceu e é por isto que eu quero agradecer aqui o requerimento do Deputado Jocelito, aprovado pelos Srs. e Sras. Deputadas, para que eu viesse aqui colocar e façam análise se o Prefeito está certo ou errado. Qualquer um dos senhores que estivessem no comando de uma administração do Poder Executivo, quando já se tentou, quando já se tinha notificado para que encaminhassem a documentação...

**O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Permite um aparte, Sr. Prefeito?

**(Assentimento)**

Sr. Prefeito Tureck, ex-colega desta Casa, eu conheço pouco o problema do fechamento da TV. Apenas para poder ilustrar, até porque eu não faço política na região de Campo Mourão, o nobre Prefeito poderia, para clarear a nossa cabeça, como que era o comportamento político da televisão em relação ao Prefeito, qual a linha de editorial, era a favor, era contra, era de imparcialidade, de parcialidade, qual era a postura da TV?

Eu pergunto porque eu requeri aqui um voto de protesto ao Presidente Chávez pelo fechamento da TV de Caracas e evidentemente com a presença de V. Exa. na Casa, acho que podemos ter uma visão mais clara, mais ampla de fechamento dessa TV em Campo Mourão.

O SR. NELSON TURECK

Quero dizer, em primeiro lugar, eu nunca fui perseguidor, nunca fui um político perseguidor de forma alguma. Eu não posso reclamar do Presidente da TV Carajás, que sempre estive de portas abertas. Aqui está o Deputado Douglas Fabrício, que sabe que em toda minha vida política, sempre com as portas abertas, na eleição para Prefeito de Campos Mourão. Nos programas da TV Carajás, claro, ali tem alguns programas que elogiavam e alguns criticam o trabalho do Prefeito e são companheiros nossos, como tem programas na televisão que são contra nós, elogiam, mas na maioria criticam, mas eu nunca levei por esse lado porque se eu fosse levar para esse lado de ditador, de perseguidor, eu poderia ter lacrado a TV.

**O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Mas a maioria dos programas era a favor ou contra o Prefeito Tureck?

**O SR. NELSON TURECK**

Era a favor, a maioria, dos 3 ou 4 programas, a maioria era a favor, só que é aquilo que eu coloquei: a lei é para todos, eu não posso mandar protestar o pequeno, como é que fica o pequeno? E muitos me cobraram: “Só cuida dos pequenos, os grandes fazem o que querem.” Na nossa administração não é assim. O valor que tem o desempregado, o bóia-fira, o médico, o maior empresário de Campo Mourão, todos têm o mesmo valor perante a Justiça e principalmente perante a nossa administração.

Concedo o aparte ao Deputado Kielse.

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

Meu colega, meu amigo companheiro de região, aonde temos o prazer de representar junto com o Deputado Douglas Fabrício, uma série de municípios, gostaria só de inquiri-lo, porque não é o momento de brigarmos, de discutirmos sobre o assunto, visto que já me adiantou uma resposta que eu ia lhe pedir a respeito da libertação do tal alvará. Esse alvará que tem dado realmente muita dor de cabeça também à Rede Educativa de Televisão, porque o canal de concessão lá é vinculado à Rede Educativa onde não estão sendo passados vários programas, inclusive da nossa microrregião, e que, indiretamente tem afetado a linha comercial de divulgação de vários projetos de V. Exa. também como o projeto de abatedouro de aves que está sendo instalado na nossa Campo Mourão. Mas, eu queria só ter a garantia de V. Exa. que nessa quinta-feira nós teríamos a reabertura da nossa televisão, visto que os contratos que nós tivemos com os Diretores, com a família Carvalho, a princípio todas as irregularidades, os contatos técnicos e administrativos, foram saneados. Seria isso, quinta-feira, com certeza, será reaberta a televisão sem nenhum outro tipo de constrangimento entre V. Exa. e o canal de televisão e nós teremos a funcionalidade total em parceria com a Rede Carajás e com a Rede Caimã, é isso?

**O SR. NELSON TURECK**

Era isso aí, como eu já disse, nessa quinta-feira estaremos autorizando, mas tudo dentro de uma legalidade, daquilo que são as exigências. Eu não posso ter 2 pesos, duas medidas, eu não posso tomar as atitudes que eu preciso tomar só em detrimento dos menos favorecidos, do menor. Todos são iguais e isso nós não abrimos mão na nossa administração, não abrimos mão, de forma alguma, de administrar de forma correta e quem estiver errado será penalizado, como o município fez perante o Tribunal de Contas e também obedecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, Kielse, nessa quinta-feira, depois de toda documentação, normal como qualquer estabelecimento comercial, prestador de serviço ou indústria, eles terão o seu alvará para funcionar, porque esta é a exigência. E nós estamos cumprindo a lei.

**O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)**

Tive o privilégio de conviver com V. Exa. aqui nesta Casa conheço o seu coração, o senhor não é um homem radical, pelo menos na passagem aqui como Deputado, mostrou-se um homem amplamente liberal, bonachão. Bonachão no bom sentido, no sentido carinhoso. Mas a atitude de V. Exa. de fechar o canal de televisão em cima do episódio do Hugo Chávez, para mim não será surpresa se essa notícia foi divulgada até fora do Brasil, porque o que a imprensa deu de conotação, li rapidamente em manchete, de que o Prefeito de Campo Mourão é um seguidor do Hugo Chávez, filhote do Hugo Chávez, etc, quando é exatamente o contrário. A minha opinião sobre V. Exa. é totalmente contrária à postura do Hugo Chávez. No entanto, esta notícia rodou o Brasil e creio até que ela deve ter tido repercussão no exterior.

Então, apelo que faço a esse bonachão Prefeito Tureck, já que vai reabrir a TV quinta-feira Prefeito, não fique exposto ao desgaste até lá, manda reabrir hoje mesmo essa TV, porque vai ficar até quinta-feira se desgastando, sendo alvo de tiroteio, de desgaste político, na minha ótica. Esse é o apelo que estou fazendo, porque daqui a muitos anos eles poderão condenar V. Exa. por uma atitude, criando uma imagem da sua postura que não condiz com a realidade.

**O SR. NELSON TURECK**

Claro que é preciso ter uma decisão. Não é fácil. Acho que a notícia correu o Brasil inteiro e dei muitas explicações, muitas informações. Inclusive a Folha de São Paulo me ligou dizendo da minha coragem. Eu falei: Em cima da legislação, da legalidade, você tem que ter uma decisão, não tem que ter meio termo e ter a repesália da comunidade.

Acho que se fizer uma pesquisa, escutei uma pesquisa na CBN de Curitiba de 5 entrevistados sobre este caso, teve 1 contra e 4 a favor, porque na verdade o povo quer a legalidade, quer a justiça. Não tem como você hoje estar no meio termo.

**O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)**

Pode ser dado um alvará provisório.

**O SR. NELSON TURECK**

A documentação chegou e a nossa equipe, a procuradoria, a ouvidoria está analisando. O que me repassaram é que nessa quinta-feira estará sendo liberado.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)**

Só cumprimentar a V. Exa. de estar aqui conversando, como foi pedido e apoiado por todos os Srs. Deputados, dando espaço a V. Exa. de explicar a todos essa atitude, que na minha opinião é uma atitude meio pesada comparando com o Hugo Chávez. Eu mesmo comparei V. Exa. como filhote do Chávez, porque acho que foi uma atitude muito forte fechar um canal de televisão.

Ontem estive em Campo Mourão e as pessoas me pediram: “Douglas, abre a Carajás,” até achando que eu teria poder para influenciar neste sentido. Só quero reiterar aqui o que o Deputado Belinati tão inteligentemente fez, reforçar o pedido para que o senhor pudesse voltar a Campo Mourão, chegasse lá e não esperasse até quinta-feira para abrir. Não é o pedido de um Deputado, estou falando do pedido desse morador, que pediu que abrisse a Carajás, que deixasse a Carajás dar as notícias tanto boas, quanto as más, da administração pública. Só fazer esse reforço, porque além da TV Carajás, as outras empresas, que eu também conversei com alguns, que foram fechadas recentemente em Campo Mourão, nós, administradores públicos, e reforcei isso aqui, temos que procurar facilitar a vida das pessoas, democraticamente, e além da Televisão Carajás, têm várias famílias que dependem da programação, dos recursos, dependem da informação que a Televisão Carajás veicula tanto em Campo Mourão quanto nos municípios da região.

Estive também ontem em Araruna. Quero fazer esse pedido em nome das pessoas de Araruna que me fizeram o pedido para que a Televisão Carajás voltasse ao ar.

Então, se o senhor puder voltar amanhã, restabelecer ao ar, sei que o senhor é uma pessoa que não persegue ninguém e tenho certeza que poderá atender esse pedido de um Deputado da região.

Era isso. Obrigada.

#### O SR. NELSON TURECK

Agradeço as palavras do Deputado Douglas Fabrício, que é da nossa região e é claro, um ato desses, logo no dia que fechou, mas não tem nada a ver lá com o Hugo Chávez. Ainda disse à Folha de São Paulo que eu queria ter o poder do Hugo Chávez. Eu falei na entrevista, porque na verdade, o Prefeito não tem poder para fechar um estabelecimento que esteja correto. Não tenho o poder. Vejam que impetraram mandado de segurança no Fórum de Campo Mourão e a Juíza não deu, porque compete ao município. É o município que tem que fiscalizar. Eu ainda disse que se a Justiça tivesse dado o direito de eles abrirem, eu iria retirar todos os processos que o município de Campo Mourão teve que ajuizar no fórum e eu não mandaria ajuizar nenhum.

Eu queria ver como é que ficaria no Tribunal de Contas. A Juíza foi coerente, foi honesta, porque na verdade, ela não pode estar assinando e ela exigiu toda essa documentação.

Quero aproveitar este momento para fazer um convite aos Srs. Deputados sobre o grande evento gastronômico do estado do Paraná.

Campo Mourão foi o número 1 do Brasil em 2005. O Paraná participou com 3, nas “100 Mais do Brasil”, que foi o Museu Oscar Niemeyer, o Estádio do Atlético e o Carneiro no Buraco de Campo Mourão. Já estamos disputando. Só perdemos para Londrina. O leilão de gado

hoje em Campo Mourão, só perde para Londrina e mais uma vez estaremos disputando o 2º lugar.

Faço o convite. V. Exas. vão receber o convite, do dia 3 ao dia 8 de julho, em Campo Mourão.

Quero dizer que recebemos uma comissão de Deputados a respeito da Santa Casa. Não podia deixar de registrar aqui. Nenhum município do Paraná recebia dinheiro do Governo, como a Santa Casa de Campo Mourão. Nunca vi um Governo que ajudasse a Santa Casa, só o Governo Requião. O Governo Requião ajudava: R\$ 60 mil por mês, mais 79 mil e mais 15. Agora, o Governo está dando mais 40. Já está assinando convênio. Vai para R\$ 100 mil. Já assinamos um contrato de mais R\$ 41 mil para a Santa Casa e o município de Campo Mourão, porque são poucos os municípios, hoje, no Paraná que ajudam a Santa Casa. O município de Campo Mourão já tinha um convênio pagando obstetrícia, anestesista e pediatra, R\$ 55 mil e dando mais uma parcela de mais R\$ 30 mil para a Santa Casa e agora mais 15. Tudo isso o Governo, através do Requião e através do Cláudio Xavier, a UTI de Campo Mourão tem que abrir no dia 18. Já está funcionando e nós colocamos uma comissão para colocar dentro da Santa Casa e ajudar a administrar, porque na verdade o Presidente estava sozinho e um Presidente sozinho não vai a lugar nenhum. Não adianta o Governo ficar botando dinheiro, como o Governo estava colocando dinheiro e a Santa Casa capengando e a Prefeitura tomou as rédeas também, junto no qual também pedimos esse apoio e agradecer o Governo Requião pelo que está fazendo pela Santa Casa, está colocando R\$ 100 mil, fora os procedimentos que são pagos.

#### O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Agradeço o senhor estar aqui na Assembléia, agradecendo os Deputados que nos ajudaram nessa reivindicação junto ao Governo do Estado para que ajudasse mais a Santa Casa de Campo Mourão e também a Santa Casa de Goioerê. A de Goioerê, me parece que não tem solução, mas a de Campo Mourão parece que já tem a solução.

Quero reiterar aqui e agradecer ao Deputado Marcelo Rangel que esteve lá conosco na audiência que V. Exa. participou na Santa Casa, o Deputado Reinhold Stephanes Júnior, o Deputado Rui Hara e também o Deputado Ney Leprevost, que estiveram conosco, que são membros da Comissão de Saúde e que nos ajudaram muito a conquistar essa decisão do Governo de aumentar a verba para a Santa Casa de Campo Mourão. Esperamos que faça o mesmo com a Santa Casa de Goioerê.

O senhor falou muito bem sobre a Festa do Carneiro no Buraco, à qual o senhor está convidando todos os Deputados e tenho certeza que estarão lá, Governador, Vice-Governador, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, além de Prefeitos, Vereadores e o povo em geral da região.

Mas queria pedir para o senhor também ajudar a Televisão Carajás. Libere a Televisão Carajás a ir a Festa do Carneiro no Buraco. Queria que o senhor assumisse um compromisso aqui com os Deputados da Assembléia de a Televisão Carajás ter um stand de volta no espaço para transmitir o carneiro no buraco, como ela fez em todos os mandatos de outros Prefeitos. Coloque a Televisão Carajás no espaço que é legítimo e de direito de transmitir ao vivo para toda a região e para o Paraná a nossa querida Festa do Carneiro no Buraco, que é uma das 3 mais, como V. Exa. citou.

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB) (Aparte)**

Os 2 assuntos são importantes para a região. A Santa Casa, que o senhor também já ajudou quando ainda era Deputado, mas fazendo só um comparativo com a Santa Casa de Paranaíba, hoje temos o Consórcio Intermunicipal de Saúde aonde cada prefeitura registra *per capita* um valor em favor da Santa Casa.

Queremos ponderar isso e na próxima reunião da COMCAM tentar concentrar as forças junto contigo, porque você tem a cidade sede da microrregião. Para que todos os demais Prefeitos venham a assinar o consórcio em favor de Santa Casa, não em detrimento de outros hospitais, mas em favor da Santa Casa, porque hoje a Santa Casa, sem sombra de dúvida, na questão de equipamentos, na questão de estrutura física, é um dos melhores hospitais do estado. Só falta dinheiro e a idéia do Deputado Douglas Fabrício eu reitero, porque a TV Carajás estava lá há 16 anos dentro da exposição, sendo que comemoramos a vitória do Governador Requião dentro da exposição, comemoramos muitos projetos que foram lançados por V. Exa., que reitero também esse pedido em favor, não da TV Carajás, mas sim da região de Campo Mourão.

**O SR. NELSON TURECK**

Nós só cassamos a concessão porque a empresa é de Ubiratã, como queremos regularizar porque está em Campo Mourão, agora. Ela não está proibida de participar. É só regularizar que ela vai ter o lugar dela assegurado.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)**

Obrigado, Prefeito, pelo aparte.

Queria cumprimentar V. Exa., primeiro, pelo trabalho na Prefeitura de Campo Mourão, que temos a satisfação de estar acompanhando e não poderia ser diferente, conhecendo o homem público que V. Exa. é.

Queria lhe agradecer e comentar sobre o seu testemunho, sua declaração com relação aos investimentos que o Governo faz na área da saúde. Essa saúde que tem sido criticada, vilipendiada, aqui na Assembléia Legislativa, por alguns Deputados da Oposição. Eu já tinha conhecimento da ajuda que o Governo está dando para a Santa Casa de Campo Mourão. Há poucos dias, aqui nesta Casa, esteve o Secretário Cláudio Xavier, que dis-

correu e falou quanto o Governo investe em saúde neste estado.

V. Exa. falou bem: é o primeiro Governo que ajuda dessa forma. Requião está mandando muito dinheiro para os hospitais. Claro que a saúde precisa de muito mais e não depende só de dinheiro do Governo. Daqui a pouco, o Governo manda 1 trilhão e, se for mal administrado, continua ruim a saúde. Então, também depende muito de quem administra.

Agradeço o seu testemunho sincero constatando esse investimento do Governo. E não é só investimento para as Santas Casas, grande parte dos hospitais filantrópicos, é a condição de hospitais no Paraná afora. Então, tem um grande investimento. Não há razão para as críticas feitas, aqui na Assembléia, muitas vezes infundadas. Tem razão o Deputado de cobrar, porque para isso estamos aqui, mas não é do jeito que se coloca isso.

Por outro lado, queria lhe parabenizar. V. Exa. também foi criticado pela Assembléia pelo fechamento da emissora. Se V. Exa. tivesse tomado uma decisão ilegal, ela não ficava 24 horas fechada, porque a Justiça abria. Se a Justiça não abriu é a demonstração de que V. Exa. agiu dentro da lei.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Prefeito Tureck, já está vencido o horário de V. Exa. Peço que conclua.

**O SR. NELSON TURECK**

Queria fazer um agradecimento pelos apartes e aproveitar para convidar todos os Deputados desta Casa para, no ano que vem, fazermos a inauguração de um grande complexo industrial, daquilo, Zucchi, que nós falávamos e que os Deputados desta Casa aprovaram.

Campo Mourão é o pólo do alimento, onde nós iríamos construir um abatedouro; onde iríamos fazer a fábrica de ração, os matrizeiros, a incubadora, os aviários. Aproveitar o momento que existe porque a China era a maior exportadora de frango e, hoje, a China tem que importar, ela não tem mais água, ela não tem mais lugar para construir. Campo Mourão, daquilo que me propus nesta Casa, com apoio dos Srs. Deputados, estaremos no ano que vem inaugurando um grande complexo industrial, que começa com 800 empregos em Campo Mourão e, conforme vai passando a construção dos aviários, um projeto para 500 mil frangos abate por dia.

Quero deixar registrado que a Prefeitura de Campo Mourão, a partir de agora, não deve 1 real. O 13º já está na conta e Campo Mourão é um canteiro de obras. Só agora assinamos com o Governo do Estado mais 3 milhões e meio de obras, temos mais 2 milhões aprovados e mais 2 milhões do PROVIAS, também. Portanto, entre o Governo do Estado e o Governo Federal o município de Campo Mourão tem investimentos na cidade que chegam a casa dos R\$ 10 milhões.

Agradeço esta oportunidade. Muito Obrigado!

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças. Consulta à Liderança do PMDB.

**(Declina).**

Consulta à Liderança do PTB. Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguém já ouviu falar de Argileu? Marquem esse nome! É um nome muito interessante.

Vou ler aos Srs. Deputados 2 pedidos de informação que eu recebi do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinado pelo Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O primeiro, eu perguntei, esta Casa aprovou, todos os senhores votaram a favor, pede sobre o recebimento, por parte dos Conselheiros, de planos econômicos. Informa o servidor José Marcelo de Andrade, em 10 de maio, que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná não efetuou nenhum pagamento aos seus servidores e membros, no tocante à diferença salarial relativa aos Planos Collor ou Bresser, durante o ano de 2006. Esse é um requerimento.

Para surpresa minha, um 2º ofício que vem assinado pelo Sr. Baptista, ao Sr. Presidente Nelson Justus:

**(Lê):**

“Em atenção ao Ofício nº 015/07/CEA, datado de 22 de janeiro de 2007, desse Poder Legislativo, encaminhado a V. Exa. o Processo nº 80328/07-TC, contendo a Informação nº 088/07-DEF, da Diretoria Econômico-Financeira deste Tribunal.

Nesta oportunidade, apresento a V. Exa. meus protestos de consideração apreço”.

Agora, eu vou ler o comunicado. Atenção, senhores servidores desta Casa, senhores servidores do estado, senhores professores, todo mundo que não recebeu a URV. Prestem atenção, porque o Tribunal de Contas já pagou aos seus servidores. Nada contra em eles receberem. Acho bacana que eles tenham recebido e não estou aqui criticando os funcionários, pelo contrário, estão de parabéns, porque receberam. Vou ler o documento:

**(Lê):**

“Senhora Diretora:

Trata o presente requerimento, de autoria do Deputado Estadual Jocelito Canto, solicitando informações no sentido de se foi efetuado, no exercício de 2006, o pagamento aos Srs. Conselheiros desse Tribunal e demais funcionários, das diferenças salariais relativas às URVs do Plano Bresser. E, em caso afirmativo, quando foi pago e qual a forma de pagamento, e, ainda, se houve diferença na forma de pagamento para os Conselheiros em relação aos demais funcionários.

*Quanto aos questionamentos ora levantados, preliminarmente, temos a colocar que, quando o Ilmo. Deputado se refere às URVs do Plano Bresser, ele faz uma união entre o Plano Bresser - Plano Econômico instituído no Governo de José Sarney, em 1987, e a URV - unidade de moeda instituída durante o Governo de Itamar Franco, no ano de 1994.*

*Fazendo-se o desmembramento entre o referido plano econômico e a unidade de moeda, pode-se responder aos questionamentos para cada um dos momentos históricos, em separado.*

*Com relação ao Plano Bresser, no exercício de 2006, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não pagou diferenças salariais oriundas daquele plano econômico, a quaisquer servidores ou Conselheiros desta Corte.*

*No tocante à conversão da moeda (1994) de Cruzeiro Real para URV, o Tribunal, em 2006, efetuou 2 pagamentos de diferenças geradas, a todos os detentores do direito, um, no dia 30/03/06, e outro, em 01/05/06, além de 4 pagamentos avulsos, destinados a servidores que tiveram seus direitos aferidos em data posterior aos 2 primeiros pagamentos.*

*Cabe esclarecer que estes pagamentos são fruto da aplicação retroativa do percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), ao vencimento básico dos cargos.*

*O percentual foi gerado pela incorreta conversão dos salários dos servidores efetivos desta Casa, em 1994, de Cruzeiro Real para URV. O Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas - SINDISERV havia pleiteado o direito na justiça (Ação 905/04 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba). Houve a concessão do mérito, em 1ª instância, e o Tribunal resolveu reconhecer administrativamente o pleito, estancando a ação, nos termos da Resolução nº 7210/05 (cópia em anexo).*

*Tiveram direito ao cálculo destas diferenças todos os servidores que ocuparam cargos do Corpo Instrutivo desta Casa, durante o período de 24 de junho de 1999 a 31 de agosto de 2005. Os membros desta Casa (Conselheiros, Auditores e Procuradores) não foram contemplados.*

*Por fim, com relação à forma de pagamento, os servidores beneficiados perceberam tais diferenças em suas respectivas contas-correntes, que contavam cadastradas no sistema de folha de pagamento, mediante crédito, da mesma maneira como são processados mensalmente os salários.*

*É a informação.*

*DEF em, 10 de maio de 2007.*

(a) JOSÉ MARCELO CHUMBINHO DE ANDRADE TCC/  
E02 - Matr. 51.186-2

*De Acordo,*

*Retorne ao Gabinete da Presidência.*

(a) CELIA CRISTINA ARRUDA - Diretora”

Infelizmente, Sr. Presidente, esse documento que diz “cópia em anexo” eu não recebi.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse documento prova que o Tribunal de Contas pagou os funcionários, pagou todos os funcionários e algum Deputado agora me disse que eles cometeram um erro administrativo, porque eles jamais poderiam ter pago os funcionários sem recorrer até a instância final, eles não poderiam pagar sem chegar na instância final e ele pagou fora do que determina a lei. Agora, com o Tribunal de Contas, Deputado Dobrandino, Deputado Belinati, Deputado Péricles e quem já foi Prefeito e está nesta Casa, qualquer vírgula que um Prefeito cometa, eles desaprovam as contas e não adianta me ameaçar por aí como estão fazendo, porque sei que vão julgar todas as minhas contas improcedentes e não tem problema porque as minhas contas lá de atrás, eu era Prefeito, e se fiz alguma coisa errada, podem me executar, mas neste mandato aqui, estão aqui os documentos e vocês vão ter que prestar contas a esta Casa.

Da mesma forma que exigem dos Prefeitos do interior, porque da capital e os Governadores são absolvidos sempre antes da hora ou até mesmo com ressalvas, mas sempre as contas são aprovadas e quem sofre são os Prefeitos do interior. E muitos Prefeitos que têm suas contas aprovadas, vocês já sabem por quê são aprovadas, não é?

Só quero dizer que tem Prefeito do interior que tem as contas piores do que as minhas e passou. Deve ser magia. É magia a galope!

Então, Sr. Presidente, acho que nesta Casa têm direito os funcionários também de receber essa URV, porque, Srs. Deputados, se o Tribunal de Contas pagou, os funcionários desta Casa que também são funcionários, Presidente - iguais, são do mesmo Poder, o Poder Legislativo é igual ao Poder do Tribunal de Contas, são ligados umbilicalmente, um auxilia o outro - então, os funcionários desta Casa também têm o direito de receber a URV. Tem gente que está devendo no banco, tem gente em situação crítica! E olha, eles pagaram através de pagamentos parcelados.

Eu sei que a Assembléia pode ter dificuldade, mas dá para parcelar, porque se o Tribunal de Contas recebeu, eles também têm direito a receber aqui na Casa. E o mesmo, Deputado Romanelli, acho que também deve ser estendido aos funcionários da universidade. Eu sei que tem funcionário da universidade que tem ação já vencida no STF, em Brasília, só falta vir o precatório. Disseram-me também, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Peço a V. Exa. que encerre.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu vou encerrar, porque eu gosto de cumprir a lei e porque quando eu não cumprio a lei, eu sou cassado. Daqui a pouco vai estar no ar de me cassar em tudo, o senhor vai querer me cassar a palavra. Então eu já vou retirar a minha palavra e amanhã eu me inscrevo no Grande Expediente, se estiver livre, ou depois de amanhã.

Conceda-me o próximo dia porque eu quero debater isso aqui.

Mas, quero deixar claro: quando a Corte Suprema do Paraná de Contas diz que pode pagar isso aqui, todos os demais funcionários, no meu ponto de vista, têm direito a receber.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PDT; PSDB: Democratas; PT. (**Declinam**)

Bloco PSB/PL/PRB/PV: com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Deputadas, Deputados.

Primeiramente, quero registrar a presença na tribuna, aqui à minha direita, das Sras. Fernanda, Joelma, Tânia., Elza Maria Campos, Maria Francisca e Soelita, profissionais e membros do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, representando instituições como: Secretaria do Estado do Trabalho, a OAB, o Instituto Lixo e Cidadania e a Ciranda Central de Notícias, profissionais que possuem, na erradicação do trabalho infantil, uma meta para a vida.

O dia 12 de junho é o dia mundial de combate ao trabalho infantil.

Este dia foi instituído para chamar a atenção da sociedade, para a realidade de grande parte de meninos e meninas, oriundos na sua grande maioria de famílias de baixa renda, que trabalham.

Desde os que vendem frutas no sinal de trânsito, trabalham no plantio de cana-de-açúcar, em casas de famílias, catam lixo ou simplesmente cuidam de irmãos enquanto seus pais trabalham.

Segundo uma pesquisa do IBGE realizada em 2003, cerca de 5,1 milhões de crianças e adolescentes trabalham no país. Destes, 209 mil possuem de 5 a 9 anos, 1,7 milhão de 10 a 14 anos e 3,2 milhões de 15 a 17 anos. Sendo a região agrícola a maior concentração dessas crianças e adolescentes.

A exploração de trabalho infantil é crime previsto na legislação brasileira.

Como andam então as políticas de implementação e fiscalização do combate a esta prática ilegal? Será que as ações governamentais estão articuladas entre si e trazendo resultados efetivos? Quais os avanços resultados destas ações? Como elas se articulam com o que a sociedade civil já vem desenvolvendo? Quais as metas desses programas? Quanto já se investiu?

Buscando essas respostas acontecerá amanhã no Centro de Convenções de Curitiba o 1º Seminário Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, com a participação da Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério Público do Trabalho, Conselho Nacional de

Direitos da Criança e Adolescente, entre outras instituições.

No evento será lançada a Cartilha de Trabalho Infantil Nunca Mais, que os senhores receberam no início da Sessão, produzida pelo Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, em parceria, me permitam que eu leia aqui, com a Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, o Instituto de Ação Social do Paraná, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente e o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e regularização do trabalho do adolescente no Paraná, o FETI.

Será lançado também o mapa do trabalho infantil no Paraná, realizado pelo IPARDES, a pedido da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e do FETI.

Também terá outros convidados e tudo que eu citei será debatido. Fazer com que as crianças desfrutem da sua infância, estimular sua criatividade e permitir que eles brinquem e vivam o seu presente, faz com que tenhamos, num futuro próximo, uma sociedade mais justa e igualitária.

E como diz o Procurador de Justiça, Olímpio de Sá Sotto Maior: “Lugar de criança é na família, na escola e nos orçamentos públicos. Todos os países que se desenvolveram investiram maciçamente em suas crianças.”

Eu pedi o horário do meu bloco porque entendo ser esta situação de suma importância para nós.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Permite um aparte, Deputada?

**(Assentimento)**

Apenas para cumprimentá-la pelo pronunciamento extremamente oportuno.

Eu gostaria que a senhora repetisse, por gentileza, o evento de amanhã, pois não conseguimos ouvir.

#### **A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)**

No Centro de Convenções, amanhã, a partir das 8 horas, o 1º Seminário Estadual de Combate ao Trabalho Infantil.

Na verdade, é isto que vai acontecer. Os senhores estão todos convidados. Esse lançamento do mapa eu entendo ser de suma importância para entendermos como está se comportando esta situação, porque temos o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, temos que começar a equacionar qual é o alcance desse programa.

Tem algumas coisas que até hoje não entendo: por que uma criança na zona urbana, Deputado Valdir Rossoni, tem a bolsa do PETI, R\$ 40,00, e na zona rural só R\$ 25,00? Por que uma criança da zona rural custa menos para o estado tirá-la do trabalho? E olha que eu tenho encontrado na minha campanha, agora, Cheida, agora, eu encontrei crianças plantando cebolinhas, carregando caixas de verduras, com a ajuda dos seus pais, e muitas eram muito pequenas e na zona rural tem muito pouca oportunidade que essas crianças sejam ocupadas

com lazer. Não tem o acesso, Deputada Beti, à informática, que os nossos filhos têm, na zona rural tem essa dificuldade, não temos instituições como creches que cuidam de crianças, muitas crianças ainda vão para a roça, como faziam as nossas avós, as nossas mãos.

Então, temos que equacionar isto e ter um trabalho efetivo. E pior ainda, a sociedade ainda tem uma leitura muito equivocada com esta situação, porque quando vamos conversar isto na sociedade, eles dizem, que é muito melhor que estejam trabalhando do que estejam nas esquinas ou na ruas. As crianças têm que estar na escola!

Nós temos que ter aqui um grande enfrentamento da educação em tempo integral. Eu não tenho dúvida disso, é a grande saída! O Dr. Olímpio colocava isso claramente, China, os países asiáticos, os países europeus se desenvolveram em cima do investimento na educação em tempo integral e são essas questões que temos que debater amanhã.

Era essa a minha fala. Muito obrigada pela atenção. O horário é a partir das 8 horas, o dia inteiro de trabalho.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Obrigada, Deputada Rosane. Às visitantes que aqui estão, obrigada pela presença.

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Romanelli, Liderança do Governo.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, queria iniciar aqui no horário da Liderança do Governo informando a 3 requerentes sobre os pedidos que foram atendidos por esta liderança e gostaria de fazer a entrega aos Deputados.

Ao Deputado Ney Leprevost, a respeito do número de peritos criminais, gostaria de encaminhar ao Deputado Leprevost a resposta que foi oferecida pela Secretaria de Segurança Pública. Ainda ao Deputado Ney Leprevost, relativo a autorizações de internamento hospitalar, as AIHs dos 26 municípios da região metropolitana, aqui está a resposta oferecida pelo Secretário Cláudio Xavier, da Saúde.

E ainda à Deputada Rosane Ferreira sobre a questão do pedido encaminhado também para a COPEL sobre os painéis fotovoltaicos em edifícios públicos em sistema de iluminação pública. Queremos passar aqui às suas mãos, Deputada Rosane.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, dizer em relação ao pronunciamento do Deputado Jocelito Canto sobre a questão do Tribunal de Contas. Queria dizer aqui que tenho o maior apreço e não falo aqui como Líder do Governo, mas como Parlamentar, pelo Tribunal de Contas do Paraná. O Tribunal de Contas é certamente um órgão extremamente essencial na gestão do dinheiro



público, tanto do Governo do Estado quanto, é claro, das prefeituras municipais e qualquer outra instituição que receba recurso público. Por isso, Sr. Presidente, se atos administrativos foram praticados, o foram por decisão judicial. E diga-se de passagem, quando o poder público estadual ou municipal parar de litigar sobre temas que já tenham sido decididos em instâncias superiores, e agora nós temos a súmula vinculante, depois da aprovação da emenda constitucional, já está absolutamente decidido sobre o pagamento da URV em relação às decisões que foram proferidas pelo STF. Quero dizer que as decisões são claras, inequívocas e a decisão tomada pelo Tribunal de Contas se deu com base numa decisão judicial.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero me inscrever em Explicações Pessoais, porque quero me alongar mais nesse tema. Fico muito feliz porque o Deputado Romanelli acabou de dizer que é direito de todos receberem. Deputado Romanelli, os funcionários do Paraná agradecem o seu pronunciamento.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projetod de lei em número de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoia-**  
**dos.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1615, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência à Sessão do dia 13 de junho de 2007. **À Direto-**  
**ria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1618, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Direto-**  
**ria Legislativa, para anotar.**

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 229/07, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 190/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criada uma (01) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, modificando o artigo 263 e os anexos IV e VIII da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte alteração.

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária, o seguinte:

I - ...

(...)

XXII - na Comarca de Francisco Beltrão:

a) a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.”

Art. 2º Ficam criados na Comarca de Francisco Beltrão, para a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, alterando os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da lei referida no artigo 1º, os seguintes cargos de provimento efetivo:

a) um (01) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária;

b) um (01) cargo de Escrivão;

c) dois (02) cargos de Auxiliar de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

d) dois (02) cargos de Oficial de Justiça;

e) três (03) cargos de Auxiliar Administrativo da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Art. 3º Fica criada, na Comarca de Francisco Beltrão, a Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Art. 4º A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, criada por esta lei, passa a integrar os Anexos IV V, VI (Tabela 3), VIII e IX (Tabelas 1 e 4) da Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, com jurisdição nas seguintes Comarcas:

- I - Barracão;
- II - Capanema;
- III- Chopinzinho;
- IV - Coronel Vivida;
- V - Dois Vizinhos;
- VI - Francisco Beltrão;
- VII - Pato Branco;
- VIII - Realeza;
- IX - Salto do Lontra;
- X - Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PLAUTO MIRÓ - Relator

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa - Lixo Reciclado na Escola, na rede pública estadual de ensino. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CECECT. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que cria no âmbito do Estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk que dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração estadual, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ. Aprovada a emenda.**

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui no Calendário

Oficial do Estado do Paraná, a Semana da Saúde da Mulher, na semana do mês de maio que compreenda o dia vinte e oito (28). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 318/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que altera a redação dos artigos 8º e 156, da Lei Complementar Estadual nº 092, de 05 de julho de 2002 (Auditor Fiscal). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ.

Em votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero fazer um registro. Fizemos um acordo com o Líder Reni Pereira, ele voltou após 3 Sessões para ser votado em 2ª discussão. O parecer que obtive da Secretaria da Administração é contrário pela questão da iniciativa. Superada a questão da iniciativa, que na minha avaliação é superável, resta a tentativa de fazer com que aqueles fiscais do estado, que eram fiscais e que acabaram sendo, por conta desta Lei Complementar nº 092, promovidos a Auditores Fiscais sem necessariamente ter feito o concurso para nível superior, possam ter regularizado uma situação em função de uma ADIN que está tramitando no STF.

Quero dizer o seguinte: vamos encaminhar favoravelmente para votação como uma forma de tentar superar o problema. Não sei se o Governador vai sancionar ou não, mas mesmo assim é muito difícil que se consiga resolver esse tema aqui, por conta dessa alteração nessa legislação infra-constitucional. Muito dificilmente conseguiremos obter êxito. Mas como uma forma de tentar resolver o tema e não punir os servidores - muito pelo contrário, encontrar uma solução - nós encaminhamos favoravelmente à aprovação desse Projeto de Lei nº 318/07.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação a outra emenda, a emenda aditiva.

**Aprovada.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/07, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado (R\$ 1.245.510,00). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 370/07

P A R E C E R :

**Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/07, que aprova crédito especial no valor de R\$ 1.245.510,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e dez reais), alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, conforme especifica. (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU - investimentos em infra-estrutura urbana nos municípios).

**Fundamentação**

Esta comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno esta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Observe-se ainda, que tal propositura esclarece também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

**Conclusão**

Sendo assim, opinamos pela normal tramitação da proposição, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/07, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado (R\$ 3.935.000,00). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 371/07

P A R E C E R :

**Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/07, que aprova crédito especial no valor de R\$ 3.935.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, conforme especifica (Departamento de Estradas de Rodagem-DER).

**Fundamentação**

Esta comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a

sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

De igual modo, esclarece também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de transferências de recursos do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

**Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

**1ª Discussão**

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Dia - CTDIA, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 047/07, de 15/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 356/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Dia - CTDIA com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DÚLIO GENARI - Relator

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Gostaria de um esclarecimento sobre o item 10. Ele consta no anexo como Projeto de Resolução nº 014/07 e no verso desse anexo a Comissão de Tomada de Contas faz um parecer à Proposição nº 048/07. Há uma Proposição que é a 048/07 e o que vai entrar em votação é o Projeto de Resolução nº 014/07. Gostaria de esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

A assessoria da Mesa está me orientando que a Proposição nº 048 é sobre o Projeto de Resolução nº 014.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sinceramente eu ainda fico na dúvida.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É essa a informação que temos aqui.

A Proposição nº 048 encaminha o parecer para o projeto.

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de maio de 2007. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoio:

Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Ribas Carli Filho e Plauto Miró.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
PROPOSIÇÃO Nº 048/07

#### P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 048/07, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2007, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 048/07, e todas as contas apresentadas, encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não estando dúvidas quanto à sua exatidão, concluo pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Decide então, este Relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1636, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1591, de autoria da Sr. Deputada Marcelo Rangel, constante do expediente. de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero dizer que o pedido é extemporâneo, porque esta Casa tem a Comissão de Comunicação, da qual ele é Presidente, para convidar as pessoas para poderem prestar esclarecimentos.

Esta Casa votou a criação de uma Comissão Especial de Investigação sobre os gastos em publicidade. Embora o Secretário de Imprensa, Benedito Pires, não tenha absolutamente nada a ver com os gastos em publicidade, entendemos que, quando da instalação da CEI, se poderá analisar o convite a ser formulado ao Secretário.

Continua pública a nossa oferta para que a Liderança da Oposição combine a data da vinda do Secretário Pissetti à Comissão de Comunicação.

Nós encaminhamos pela rejeição de requerimento, porque este requerimento é para promover desgaste político em relação à questão que envolve esse tema de discussão. Encaminhamos pela rejeição do requerimento do Deputado Rangel, lembrando que ele terá oportunidade, se for o caso, por deliberação das comissões, de ouvir o Secretário Benedito Pires, se for por deliberação da Comissão de Comunicação ou a CEI que foi especialmente constituída para esse fim.

O SR. ESDON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presente do Vereador de Bocaiúva do Sul, Vereador Luiz Luzato - Presidente do PMDB, e sua esposa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda gostaríamos de agradecer a presença do Deputado Max Rosenmann, que honrosamente nos visita nesta tarde.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que o nobre Deputado Romanelli não me convenceu e acredito que não convenceu muita gente.

Estamos fazendo um convite ao Secretário Especial, não é convocação, não tem data definida, inclusive gostaria que o próprio Deputado Romanelli que é Líder do Governo, ele mesmo solicitasse ou desse a data oportuna para que o Secretário viesse à Assembléia para prestar esclarecimentos. Acho que ele tem muito a nos dizer, porque ele é Secretário de Imprensa do Estado do Paraná. E queria deixar aqui público que não gostei nada da con-

versa que eu tive com o Líder do Governo aqui no plenário. Não gosto de pressão, não gosto de ameaças. Já falei ao Sr. Líder do Governo que vou até o final. Acho que é muito importante nós ouvirmos aqui o Secretário Especial, Sr. José Benedito.

Realmente, temos outras oportunidades, através da Comissão de Comunicação e até mesmo através da Comissão de Investigação, que tenho certeza absoluta será instalada, sim, aqui na Assembleia Legislativa, que ao contrário do Líder do Governo e até mesmo de outras pessoas ligadas ao Executivo, que dizem que essa Comissão não será instalada. Lutarei até o último dia do meu mandato, para fazer com que essa comissão seja realmente implantada e através da comissão possamos fazer as investigações necessárias e chegarmos a uma conclusão, explicarmos ao povo do estado do Paraná o que realmente está ocorrendo na Secretaria da Comunicação.

Estou pedindo aos amigos e Parlamentares para que aprovem esse convite para o Secretário Especial vir conversar com os Parlamentares aqui na Assembleia e esclarecer algumas dúvidas que são pertinentes neste momento.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Quero me somar ao Deputado Rangel quanto ao convite ao Sr. José Benedito Pires Trindade. Por que razão que votarei favorável ao requerimento? Todos que circulam no meio político certamente sabem que o Dr. Benedito é um profundo conhecedor das questões do Governo do Estado, e nada melhor do que você iniciar as investigações que a CEI deve fazer ganhando tempo. Acredito que é uma medida do Deputado Rangel de buscar informações para que quando esse assunto for instalado, que é a CEI, ele tenha já fundamentado ainda mais as questões que foram levantadas sobre comunicação.

Por esta razão, acho necessário o convite a esse servidor público. Além disso eu, se for servidor público e se for convidado a vir à Assembleia Legislativa que é um Poder independente, eu me sentiria honrado e espero que o Líder do Governo volte atrás e diga o seguinte: “nós nos sentiremos honrados com a vinda do Dr. Benedito, um homem competente, Secretário Especial, entre os 40 Secretários que tem este Governo. Certamente, terá todas as condições para esclarecer as dúvidas que temos e explanar sobre a questão das comunicações do Governo do Estado.

Por esta razão, sou favorável ao convite do Ilustre Dr. Benedito, servidor público deste estado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está em votação.

Deputados favoráveis ao requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Verificação de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Vai se proceder à verificação de votação.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus assentos para que possamos fazer a verificação de votação. Solicito ao 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, que proceda à contagem.

Deputados favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

Quatorze Srs. Deputados.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois Deputados.

Está **rejeitado**.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

Só para registrar: voto favorável do Deputado Jocelito Canto com o Governo.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Acho que o Deputado vota como quiser. Eu, aqui, voto do jeito que eu quiser. Os meus votos são dos meus eleitores. Eu voto a hora que eu quiser. Tenho direito de votar, sou um dos 54 e voto como quiser. Aleluia! Amém!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. tem a prerrogativa, obviamente, de dar o seu voto.

Requerimento nº 1600, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, se aprovado, esse requerimento será encaminhado ao Secretário dos Transportes e Diretor-Geral do DER, o Rogério Tizzot, para que possa trazer a esta Casa as informações solicitadas.

Eu queria dizer que nesse período, 2005/2006, era eu o Secretário dos Transportes. No ano de 2006, até o dia 30 de abril, quando me retirei para disputar as eleições.

Simplesmente, Sr. Presidente, eu encaminho pedindo à bancada que faça a aprovação desse requerimento, que está sendo assinado pela Bancada da Oposição, para que possamos ter essas informações o mais rápido possível.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Acho que o Deputado Waldyr Pugliesi encaminhou a questão e demonstra, claramente, de forma absolutamente transparente, os atos de gestão que praticou como Secretário dos Transportes. Queria solicitar ao

ilustre Líder da Oposição que pudesse, se possível, fazer com que esse requerimento fosse encaminhado via Liderança do Governo, que nós vamos obter da Secretaria dos Transportes e do DER as informações solicitadas. Se V. Exa. concordar, nós encaminharemos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Eu não vejo necessidade nenhuma e ninguém está colocando dúvidas na conduta do Secretário Waldyr Pugliesi, o qual exerceu e tem todo nosso respeito. Por esta razão, o encaminhamento do Deputado Pugliesi foi favorável. São esclarecimentos normais que estamos pedindo, sem nenhum constrangimento, continuando com o mesmo respeito que nutro pelo Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

Deputados favoráveis permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Requerimento nº 1601, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Quero encaminhar contrariamente ao requerimento, também por ele ser extemporâneo. Foi instalada uma Comissão Especial de Investigação, por esta Casa, da Comissão de Comunicação, que pode requerer os documentos. É única e exclusivamente para promover debate político, para poder desgastar a imagem do Governo. Encaminhamos aos companheiros e companheiras, para rejeitar esse requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Peço à minha assessoria que busque um Aurélio para mim, porque essa palavra “extemporânea”, hoje, eu vou ter que estudá-la, porque de repente deve ter mudado o seu significado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Se V. Exa. quiser, eu explico.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, porque o meu professor ainda vive, foi muito bom e não tenho do que me queixar dele.

Sr. Presidente, veja a diferença de postura. O Deputado Waldyr Pugliesi deu uma demonstração, aqui, há pouco, como é que deve ser a conduta de um homem público no Poder Executivo. O Deputado Waldyr Pugliesi veio aqui e podia ter dito: “Rossoni, peças as informações

para mim e eu lhe empresto”. Não. Ele veio aqui, com toda a transparência, e apoiou o nosso requerimento. Não tem o que esconder, tenho certeza absoluta disso. Coloco a minha palavra aqui em cima do seu posicionamento.

A diferença é quando mexem com esse Sr. Pissetti. Deputado Rangel e os Srs. Parlamentares desta Casa devem estar muito bem lembrados de todos os embates que tivemos aqui. Falou em Pissetti aqui, dá urticária e arrepio! O homem vai à televisão dizer que quer vir aqui e aí fogem de nós, com medo e temor, não querem esclarecer.

Qual a nossa dúvida, Sr. Presidente? Essa NDEC é uma das empresas que foram contratadas pelo Governo do Estado. Houve uma licitação, em 2005, onde foram contratadas 5 empresas de comunicação. Coincidentemente, essas 5 empresas contratadas foram todas no valor de 13 milhões e 800, 13 milhões e 900 - são 5 empresas, em torno de 14 milhões, vezes 5, são 70 milhões. Passem os senhores - é essa a nossa dúvida - se você multiplicar, sem necessidade do professor, 14 vezes 5, são 70, então, o Governo poderia gastar em publicidade 70 milhões, em 2005. O que ocorreu: o Governo gastou 95, que quer dizer que 70 para 95, são 25, aproximadamente, 40% de aditivo. Qualquer pessoa que não tenha o conhecimento jurídico necessário, sabe que a lei é 25% para aditivar, mas acima disso, não são os 25%. Tem que se ter uma justificativa para aditivar uma verba orçamentária. Qual é a justificativa?

Na Secretaria dos Transportes, por exemplo, houve uma grande chuva, de repente, em um local e levou um pedaço da estrada embora. O que o Secretário faz? Em regime de urgência, ele contrata a obra, porque aquela rodovia está interditada. Está justificado o aditivo e a contratação em estado de emergência. O que acontece com a nossa Comunicação? Qual é o problema que aconteceu em 2005, que o Governo teve que aditivar em quase 40% das verbas, publicitárias?

E olha, quando falamos em 95 milhões, é bom que se diga que é sem os atos oficiais, que em 2006, só para pegarmos uma proporcionalidade e imaginarmos o valor, em 2006, o ano é atípico porque são apenas 6 meses de Governo e nesse ano, em atos oficiais, o Governo gastou 11 milhões. Em 2005 são 12 meses. Se gastou em 2006 11 milhões, quanto gastou em 2005? Isso com mais 95, já passou dos 100 milhões.

Por esta razão, acho que não há nada de extemporâneo no meu pedido de requerimento, mas o que há é uma expectativa para que o Secretário encaminhe a esta Casa qual é o motivo do aditivo e qual é a justificativa. Ora, seria fácil se o Secretário viesse o quanto antes à esta Casa e pudéssemos fazer essa pergunta. Certamente deve ter acontecido algo de sobrenatural dentro das comunicações para que se justificasse esse aditivo. Por esta razão, peço aos Srs. Parlamentares que estão do lado da transparência, que votem favorável a esse requerimento, que eu não tenho dúvida que são subsídios que estamos buscando para o dia em que esse homem vier a

esta Casa, porque faz muito tempo que ele está fugindo daqui. Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

Srs. Deputados que são favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será procedida a verificação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. não pode fazer chamada nominal no meio do processo de votação. Estamos verificando a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder à verificação de votação, até porque há quórum, obviamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Curvo-me à sabedoria do ilustre Líder do Governo.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Acho que cabe, regimentalmente, a qualquer Deputado, pedir a verificação de votação e no momento em que alguém pede a verificação de votação, cabe a qualquer Deputado também pedir a chamada nominal. O Deputado Valdir Rossoni pediu a chamada nominal e se ele declinar, eu peço.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Cabe a chamada nominal. É visível o quórum, mas peço ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Até para chamar os Deputados que não estão presentes.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Queria fazer uma consulta a V. Exa. Mesmo chamando os Deputados que possam estar em seus gabinetes e aqui próximo, esses Deputados não participarão da votação, não é?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Desta votação, não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edgar Bueno**)

(Inicia a chamada nominal)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para registrar que o Deputado Osmar Bertoldi não votou. Somente para alertar V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, acho que está equivocada a manifestação do Líder do Governo. Não poderá se ausentar do Plenário aquele que responder à chamada e isso não significa dizer que quem não esteja aqui não possa participar do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu posso solicitar que se proceda à chamada nominal e posteriormente vamos decidir sobre essa questão.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas) (**Pela Ordem**)

Primeiramente, eu queria esclarecer que eu pedi um café e fui receber o café aqui. Atendi uma ligação no celular. Estava ali para sair do lado da caixa de som. Só isso! E não estava conseguindo entender o que estavam falando comigo. Só isso!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas o seguinte: estamos em regime de votação já havia sido votada a matéria. Foi na verificação de votação...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sim, senhor!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas na verificação de votação...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O Presidente, desculpe, declarou aprovada a matéria e eu pedi verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Acontece que os Deputados, desculpe Exa., o Deputado Osmar Bertoldi, Luiz Carlos Martins e a Deputada Rosane Ferreira, não estavam no Plenário, Exa. então eles não podem ser contados como voto.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Romanelli, são duas coisas distintas. Há, regimentalmente, possibilidade do pedido de chamada nominal, mesmo que tenha quórum. É possível isso, até porque no pedido de verificação pode se solicitar a chamada nominal. É o que estamos fazendo. Depois, vamos discutir, conforme o Regimento.

Prossiga a chamada nominal, por gentileza, 1º Secretário Edgar Bueno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)**

**(Continua a chamada nominal)**

Quarenta Srs. Deputados presentes.

Quatorze Srs. Deputados ausentes.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. pela postura que teve agora. Eu sei que é difícil neste momento de indefinição do Regimento, porque esse Regimento às vezes acaba deixando dúvidas e o Presidente tem que interferir, como V. Exa. interferiu, sem estresse. Acho que o senhor está correto. O Deputado Elio Rusch está errado ao falar que o senhor está estressado. O senhor não está estressado, não.

Mas eu queria dizer a V. Exa. o seguinte: só quero fazer esta pergunta a V. Exa., que acho que resolve todo o problema desta votação.

Nós estávamos em processo de votação. A votação terminou. V. Exa. deu por aprovado o requerimento. O Deputado Romanelli veio e pediu verificação de votação. A partir deste momento deveria se verificar quem votou e quem não votou que estava no Plenário. Aí alguém, rapidamente, pediu chamada nominal. Aí que eu quero perguntar a V. Exa.: no meu entendimento, Sr. Presidente, os Deputados que vieram depois não podem votar na sequência, porque o senhor já havia votado e já havia uma definição de quem estava em plenário. É isto que eu queria perguntar a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Esta é a questão de ordem colocada pelos Deputados. eu estou solicitando que a assessoria me ache um artigo do nosso Regimento, porque com relação, Deputado Jocelito, à chamada nominal, ela é perfeitamente possível, mesmo no processo de verificação de votação. É possível e lícito a chamada nominal dos Srs. Deputados. Aqui na Casa, aliás, é uma praxe isto. Agora, com relação se os Deputados que não estavam votam, nós estamos verificando.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

É só esta a dúvida.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Apenas para dizer a V. Exa. o seguinte: o que está em jogo aqui não é este requerimento, se aprovado ou

rejeitado. O que está se tratando aqui é da lisura, da licitude do processo de votação. Estamos tratando aqui de um tema relativo ao direito, é uma questão muito mais ampla do que esta votação, porque vejamos, não podemos alterar o quórum na verificação de votação.

Eu dizia agora há pouco ainda a um Deputado, amanhã esta situação pode ser inversa e não são esses 3 Deputados que vão alterar para A ou B, não é esta a questão do requerimento. Estamos votando uma questão aqui que não pode se alterar o quórum quando na verificação de votação, porque o que valia era a votação no momento que ela ocorreu, basta ver. Quando nós tivermos, Deputado Valdir Rossoni, o painel eletrônico instalado na Casa, vão ser numerados, provavelmente, os requerimentos. Os Deputados vão votar o requerimento, não haverá necessidade de haver a verificação de votação, porque eletronicamente vai estar registrado o voto de cada Parlamentar, esperamos que sim. Agora, o que ocorre, esta mesma lógica do painel eletrônico tem que presidir, Exa., o raciocínio em relação a este tema que não se pode pedir chamada nominal e alterar o quórum daquela votação que já ocorreu, porque estamos verificando quem votou e não quem pode votar, Exa.

Então, quero que a Mesa decida pela lógica que deve presidir esta Casa, Exa. e sinceramente, em respeito ao nosso Regimento - e não é este requerimento especialmente que está em jogo. Na verdade, é um tema que seguramente serve de orientação a todos os Parlamentares - chamada nominal é antes da votação e não depois da votação.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Romanelli, vamos ser justos conosco mesmos, vamos ser corretos conosco mesmos. Eu não sei qual é o artigo do Regimento Interno, a assessoria deve encontrar, mas não tem como, Deputado Romanelli, Deputado Alexandre Curi, quando qualquer Deputado a qualquer momento pode pedir chamada nominal, não é possível que alguém queira impedir que o Deputado participe de uma votação após a chamada nominal! O Regimento Interno está claro e diz: O Deputado que participar da discussão de qualquer proposição, se ele se ausentar do Plenário a sua presença será registrada, não pode se ausentar do Plenário quem participa da discussão! Se ele quiser sair ele sai, mas seu nome constará como presente na votação! Ou se o Deputado que responder a presença se ausentar, ele será considerado presente. Agora, a qualquer momento, qualquer Parlamentar poderá fazer a chamada nominal, Deputado Romanelli. Não vamos inventar coisas aí! Como é que nós vamos impedir quando o Deputado estava conversando aqui? Qualquer Deputado, seja do Governo, seja da Oposição, pode estar aqui na sala da presidência discutindo qualquer assunto, aí se faz a chamada nominal e o Deputado vem para o Plenário votar! Esta é a regra e não podem existir exceções!



O Regimento Interno é claro! Não sei qual é o artigo, mas ele diz que não poderá se ausentar o Deputado que participar da votação!

Eu sei que V. Exa., com a inteligência que lhe é peculiar, saberá decidir a forma correta.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas uma pergunta: o Plenário da Assembléia Legislativa entende-se, como estas 4 paredes que estão aqui hoje, se Deputado escuta um debate de pé naquela posição ou aqui na sua bancada, ele é considerado dentro ou fora do plenário?

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, eu queria enaltecer V. Exa., que está presidindo com grandeza e sabedoria esta Sessão e fazer um apelo à companheirada, aos nossos Deputados porque a questão regimental é muito importante, reconheço isso, mas ficamos perdendo tanto tempo com questões banais, tão elementares, podemos votar, votação nominal ou votar contra ou a favor, mas V. Exa., precisa, com maior firmeza, encaminhar essa questão. Estou dando todo apoio a V. Exa., isso não está levando a lugar nenhum, acho que o Deputado que está aqui, seja naquela sala de trás, mas esteve a tarde toda aqui, claro que ele pode votar, não é possível!

Nesse sentido, quero que V. Exa. encaminhe o que precisa ser encaminhado e fazer um apelo aos companheiros, porque o que estamos discutindo aqui é tão banal que chega até a doer os ouvidos, às vezes.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar a palavra ao Deputado Traiano, vou colocar aqui o artigo 129 do Regimento Interno: Independem de apoio preliminar de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem: - vai do item 1 ao item 12, onde diz: chamada nominal para verificação de quórum. Portanto, a chamada nominal pode ser feita a qualquer momento para verificação de quórum.

Com relação ao processo de votação, o artigo 165, parágrafo 2º, diz o seguinte: **(passa a ler o Regimento Interno)**. O Deputado não pode se ausentar após responder presença, após estar aqui dentro do processo de votação. Agora, a chegada do Parlamentar, não há nada no Regimento que conste que o Parlamentar não pode chegar no processo de votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

A inteligência do parágrafo 2º, a lógica desse artigo é justamente aqui no parágrafo 2º que está vedando quem está ausente do Plenário de participar da votação. É justamente o inverso.

Sei que podemos votar, aqui, não é o problema. A questão de ordem é importante em relação às votações

futuras e até o próprio aperfeiçoamento do Regimento. Mas veja só, está esclarecida a questão, se é vedado ao Deputado retirar-se do recinto no momento de se votar uma proposição ou parte da mesma, ou seja, também serve o inverso. Desculpe, esta é a inteligência do parágrafo 2º do artigo 165.

Por isso, peço que V. Exa. entenda que não é possível alterar o quórum na verificação de votação. Nem a favor e nem contra.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Apenas respondendo a sua questão de ordem com relação a questão de inversão. Já aconteceram casos aqui com a sua própria bancada, de se retirar do plenário para fazer a verificação. Não sendo possível a derrubada da Sessão, voltaram os Deputados. Então, não vale esse argumento para a entrada dos Deputados.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Com relação a matéria em pauta, o nosso entendimento é no sentido de que os Srs. Deputados, durante o processo de votação, não poderão ausentar-se do plenário. O nosso Regimento é um tanto quanto omisso em relação a isso, mas entendemos que a chamada nominal é exatamente para conferir a presença dos Srs. Deputados e chamá-los para o plenário, Deputados que possam estar na área de imprensa, estar usando o banheiro momentaneamente, que possam estar na sala de reuniões. A chamada nominal é para isso, para trazer os Srs. Deputados ao plenário e conferirmos a sua presença. É perfeitamente cabível chamada nominal neste momento e espero que V. Exa., com a inteligência que tem, decida exatamente pela chamada nominal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Querida ajudá-lo, sei que está criando essa questão. Agora, Sr. Presidente, no momento da votação, e o Presidente Nelson Justus tem tido este cuidado e sugeriria a V. Exa. que no momento que tivesse a votação, que V. Exa. fizesse com que os Deputados sentassem nas suas poltronas, assim acabaria o problema. Agora, não acho justo, do ponto de vista nem que não seja legal porque é omisso o nosso Regimento, mas se houve uma votação, terminou a votação e o número X de Deputado votou, não se pode convocar os outros que não participaram desta votação.

O Deputado Belinati vive brigando aqui pela presença de Deputados em plenário, pelos que vêm a Assembléia, pelos que estão presentes. Aí o senhor termina uma votação, o senhor encerra uma votação quando houve a verificação. O senhor disse: "Está aprovado o requerimento." Então, o senhor definiu que aprovou. Houve uma votação e como houve uma votação, houve um pedido de verificação de votação. Deveria se verificar como foi a votação dos que estavam aqui.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Há um precedente. Recentemente o Deputado Mauro Moraes foi impedido de votar, porque ele presidia a Casa. Estava no processo de votação e ele foi impedido. V. Exa. pondere bem a decisão que vai tomar, porque é uma decisão que tem muito peso político.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado, se nós autorizamos a chamada nominal e Deputados responderam, não há nada contra no Regimento. Como vamos proibir o Deputado que respondeu à chamada nominal que ele vote? Sei que é uma situação difícil, entendo a argumentação de V. Exa. e, para efeito dos Deputados que entram no Plenário após a votação, porque a verificação é legítima, solicitada por V. Exa. É legítima também a solicitação de chamada nominal.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)**

Vou fazer um pedido como Deputado. Coloque em votação, não aceite mais perturbação de vota ou não vota. O senhor põe em votação e o Plenário que decida.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Baseado na exposição que estava fazendo, acato a questão de ordem do Deputado Dobrandino e acolho a votação nominal e os Deputados que responderam, poderão votar.

Verificação de votação.

Os Deputados favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se: 13 Deputados.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se: 21 Deputados.

**Está rejeitado.**

Requerimento nº 1609, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

**UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1616, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1619, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1621, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Aproveito para formular, através desse encaminhamento, uma questão de ordem à Mesa. Esse pedido de informação é baseado no artigo 134 e seguintes do nosso Regimento.

Na verdade, o Deputado Jocelito acaba por confundir o pedido de informações com a solicitação de documentos. No caso, se formos verificar que é importante lembrar que a competência legislativa encontra-se enumerada não apenas na Constituição Federal, como também do nosso estado e do nosso Regimento, que não permitem a entrega de documentos como tal pretendido. Por que não permite essa exigência formulada pelo Deputado Jocelito? Estou formulando, com o maior respeito a V. Exa., é um tema que essa Casa tem que começar a enfrentar. A possibilidade, não há essa interpretação do nosso Regimento Interno, que trata do pedido de informações, por mais que ela seja facciosa e parcial, possa inferir que esteja possível o Regimento Interno autorizar a entrega de documentos, porque a pretensão de informações que está prevista no Regimento caracteriza da forma com que a solicitação de documentos a ser feita àquilo que naturalmente se possa fazer através das Comissões Especiais, ou seja, da natureza de uma característica investigativa regida por dispositivo próprio.

No caso, é necessário que haja um fato determinado a ser apurado por prazo certo, sendo inadmissível a exploração meramente política de um suposto direito. E nesse caso o procedimento está regulado em nossa Constituição e nos procedimentos internos da Casa.

Na verdade, Deputado Pugliesi, quero dizer o seguinte: que na ausência de fato determinado que exigiria a instalação de Comissão de Investigação, resulta, é claro, que se trata de matéria política com objetivo de constranger o Executivo a uma prestação de contas extemporânea e descabida, tal a quantidade de documentos exigidos. Se trata, na verdade, de requerer a essa presidência que não precisa julgar já essa questão de ordem que nós formulamos, mas que esta Casa possa, estudando o Regimento Interno à luz é claro das decisões tomadas por esta Mesa, de deixar de fornecer documentos no pedido de informações, restando exclusivamente as informações que são solicitadas, porque natureza tem outra àquela que fundamentamos aqui o fornecimento de documentos, seja ele cópias, fotocópias ou xerocópias. E no mérito, solicitar que a nossa bancada rejeite o requerimento, porque efetivamente a amplitude em relação a investigação que se pretende à empresa Engevix, que aliás, não conheço ninguém da Engevix, nunca vi ninguém na minha frente da Engevix, mas quero dizer que seguramente a Engevix se trata da maior empresa de engenharia que temos no nosso país.

Me parece que se o Deputado Jocelito pudesse formular pontualmente o requerimento dele, construir um pedido de informações com base específica que V. Exa. queira, não na operação Navalha mas pontualmente em obra que esteja sendo executada pela COPEL ou pela SANEPAR e pontuar isso no pedido de informações, poderemos até encaminhar favoravelmente o pedido de informações, mas com base no pressuposto de que não se trata de fazer uma investigação sobre a empresa Engevix, que supostamente possa ter uma atuação no Paraná e que foi noticiada na Operação Navalha.

Então, encaminhando para que possamos rejeitar esse requerimento, mas solicitando ao autor que retire o requerimento e reformule especificamente a cada uma das empresas, se for o caso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Vou adotar uma postura, aqui na Casa, agora, Sr. Presidente, de fiscalizador, porque não vou ouvir e ler que um jornalista diga que legisladores brincam de legislar. Sr. Presidente, isso é muito grave! Vou adotar, a partir de hoje, uma postura muito importante nesta Casa. Tudo que eu achar que não estiver correto, tudo que eu achar que devo investigar, eu vou propor os requerimentos, vou cumprir com a minha parte.

Como disse o Deputado Romanelli, a maioria é a maioria, a minoria é a minoria e vence a maioria, obedece a minoria. Eu não vou me calar, porque o homem quando se cala transforma-se num covarde. Eu posso ter mil defeitos como homem público, como administrador, como cidadão, agora, não tenho o defeito da covardia, isso não passa pelo dicionário da minha vida. Nunca fui covarde, enfrentando os piores momentos da minha vida e jamais serei. Não estou aqui para isso.

Sr. Presidente, o senhor poderia acabar com o “bolinho” aqui. Estou tentando me concentrar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito aos Srs. Deputados que deixem o Deputado Jocelito Canto fazer o encaminhamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estudei muito pouco, mas a minha professora sempre dizia: “Quando um fala, o outro ouve” ou estuda, pelo menos, Sr. Presidente. Estou encaminhando de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

Deputado Romanelli, não estou fazendo nada disso com intenção política. Só lamento, Deputado Romanelli, que o Governador Requião que eu ajudei a eleger porque acredito na sua transparência, aquele que subiu naquela tribuna no dia da sua posse e disse: “Srs. Deputados, a partir de hoje ninguém mais vai ter o requerimento desaprovado nesta Casa. Qualquer dúvida, os senhores podem pedir diretamente ao Governo”. Baixou um decreto que no prazo de 5 dias vinham as informações e, para sur-

presa nossa, o Governador acabou encerrando aquele decreto.

O Governador extinguiu aquele decreto que nos permita fazer a investigação ou fazer uma pergunta ou um acompanhamento do Governo sem expor o próprio Governo. Nós mandávamos o requerimento direto para o Governador, do gabinete para o Secretário ou para o Governo e vinha a resposta. Não precisava expor o Governo aqui. Acho que, naquele momento, a idéia do Governo era boa. Você pedia e recebia as informações. Você não expunha o Governo a nada. Agora, Sr. Presidente, um Deputado não poder formular um requerimento perguntando ao Secretário.

Olha o que estou perguntando aqui: baseado em informações que essa Engevix está na Operação Navalha da Polícia Federal - está provado que ela está envolvida com a Polícia Federal naqueles escândalos que estão sendo anunciados a nível de Brasil - e um jornal publicou, Sr. Presidente, que essa empresa prestou serviços ao Paraná, e mais grave ainda, essa empresa teria prestado colaboração de campanha ao Governador! Forneceu dinheiro para a campanha do Governador! Não que seja crime, porque não é crime fornecer dinheiro, a Lei não proíbe que a empresa possa emprestar dinheiro aos candidatos. Não tem crime. É perfeitamente normal. Aí a imprensa escreve: “como que uma empresa que deu dinheiro na campanha consegue receber uma indenização da COPEL, deixando uma suspeita no ar, Sr. Presidente. Quando a imprensa escreve, o jornalista, que tem responsabilidade e diz que o colaborador da campanha do Governador recebeu uma indenização da COPEL, o que o legislador tem que fazer? Pedir informação. O que estou pedindo? Há quanto tempo o Governo do Estado mantém relações comerciais com a Engevix? Existe algum outro órgão do Governo do Estado, além da COPEL e SANEPAR, que mantenha contratos com a referida empresa? Em caso afirmativo, relacionar qual o órgão a que o contrato se refere, anexando documentação. Não é um “caminhão” de documentos, isso vem em uma pastinha. Quais os contratos firmados entre a Engevix, a COPEL e a SANEPAR nos últimos 6 anos e a que obras se refere? Houve processo licitatório para a contratação da empresa? Anexar os documentos comprobatórios do processo licitatório. Foram executados os projetos licitados? Em caso afirmativo, fornecer cópia da documentação que comprove. Há algum contrato em execução? Em caso afirmativo, listar e anexar os documentos. Houve contrato aditivo em algumas dessas obras licitadas dessa empresa? Juntar os aditivos feitos aos contratos. Segundo divulgação da imprensa, ocorreu pagamento de indenizações pela COPEL a Engevix, no valor de 3.4 milhões. A que se referem as indenizações pagas?

Senhores, eu não estou exorbitando. A imprensa publicou que os homens da navalha, que foram presos na Operação Navalha, uma empresa que está envolvida prestou serviços no Paraná. A imprensa diz que essa empresa recebeu - além de ser doadora de campanha do Governador -

dor, que não é ilegal - 3.4 milhões de indenização. Eu só quero saber que indenização é essa. Esse é o papel do legislador, senão vamos pegar a carteirinha e vamos embora. Quero saber o que foi feito, não precisa um "caminhão" de documentos. É um requerimento informando, mas que não venha aquele documento dizendo que tem que pedir para a Procuradoria, não está aqui, tem que pedir para o Tribunal de Contas.

Então, Sr. Presidente, esse é um requerimento que faço hoje e peço a aprovação dos senhores.

Deputado Romanelli, para tirar a dúvida, porque não fui eu que acusei, a imprensa escreveu no jornal. Amanhã vou protocolar um segundo pedido.

Hoje, no jornal Folha de Londrina, tem uma denúncia pesadíssima, do mesmo tema, que trata de informações, que deixarei para amanhã.

Sr. Presidente, para finalizar, peço aos companheiros que aprovem o meu requerimento, porque temos que investigar. Não estou acusando o Governo em nenhum momento, jamais. No dia em que eu puder chegar e dizer que o Governo roubou, vou subir aqui e vou dizer que roubou, porque vou ter documento. No dia em que eu fizer isso, o senhor pode ter certeza absoluta que estarei munido de um farto material e documentação. Jamais acusaria alguém, se não tivesse documento. O que estou pedindo neste momento é para saber se a Engevix, empresa que está envolvida com a Polícia Federal, agora recebeu dinheiro da COPEL, essa indenização? Por que recebeu? É só isso! Não estou acusando ninguém! Estou aqui para buscar as informações.

Agora, se o Governo não quiser aprovar isso aqui, Sr. Presidente, daí vou ficar preocupado, porque não estou acusando, mas perguntando e o velho ditado diz: perguntar não ofende. Por isso, peço a aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

Deputados favoráveis ao requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será procedida a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Treze Srs. Deputados.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Está **rejeitado** o requerimento, por 22 votos contrários.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, a Bancada da Oposição está encolhendo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimentos n°s 1610, 1611, 1612 e 1617, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1613 e 1614, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1628 e 1619, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1630, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1631, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1632, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1633, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento n° 1634, de autoria da Sra. Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 1635, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 1627, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Explicações Pessoais:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em Explicações Pessoais concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito inscrito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, só quero dizer, principalmente ao Deputado Romanelli, quero agradecer a ele pelas suas palavras, porque ele disse que todos os funcionários têm direito a receber a URV. Então, Deputado Romanelli, quero pedir a V. Exa., sabendo que o Governador Requião é um Governador que gosta de atender os princípios dos mais simples, essa questão da URV pega nos professores das universidades, nos professores das escolas públicas do estado, pega nos funcionários, pega nos policiais militares e policiais civis e não acho justo que um Poder deste Estado tenha direito a receber e os demais não tenham. Acho que o Governador Requião também tem esse pensamento sobre isso, porque se o Tribunal de Contas do Paraná pagou e aqui não estou fazendo críticas aos funcionários do Tribunal de Contas, porque acho que todos devem receber, mesmo que o Tribunal tenha pago isso até para aqueles cargos que estão

sendo submetidos a julgamento como improcedentes, ilegais aquele aumentos de carreira que foram dados e que foi recentemente demonstrado pelo Ministério Público.

Sou a favor que se pague essa diferença. Agora, não é justo, Sr. Presidente, registro na ata da Sessão da data de hoje que a Assembléia Legislativa do Paraná, que é um Poder igual ao Poder do Tribunal de Contas, os seus funcionários não tenham esse mesmo direito, porque se o Tribunal de Contas já pagou, os funcionários da Assembléia, se não me falha a memória, eles já têm até decisão em Brasília, dependendo apenas dos precatórios, há um grupo de funcionários aqui que teria conseguido até ganhar em Brasília.

Então, se o Tribunal de Contas, que julga as contas públicas deste estado, dos Srs. Prefeitos e dos Srs. Agentes Públicos do Estado pagou, não há dúvida que esta Casa também pode proceder o pagamento aos Srs. funcionários desta Casa, como também o Governo do Estado deve proceder o pagamento a todos os funcionários públicos do estado, porque a Corte Maior que conta, que contabiliza e que julga as contas, achou por bem pagar os seus funcionários. Nada mais justo que isso.

Houve uma defasagem? Receberam 4, 5, 6 pagamentos? Receberam. Eu sei que estou quase sozinho aqui na tribuna, estou eu, o Deputado Romanelli, a Deputada Rosane, poucos Deputados, mas nem que eu estivesse sozinho, Sr. Presidente, vou levantar esta bandeira até o final. Acho que alguém disse que o Tribunal não deveria ter pago, que deveria ter recorrido, porque todo o legislador que não recorrer em 2ª Instância Superior, em Brasília, será responsabilizado, porque cabe ao coordenador de despesas que cumpra todas as finalidades de um processo. Eu não sou advogado, mas qualquer advogado sabe disso, que o o Poder que está concedendo o direito deve ter o respeito de seguir todas as instâncias, o Tribunal de Contas do Paraná abriu uma exceção, e o Deputado Romanelli fez um comentário correto de que é legal esse pagamento e há determinações em Brasília.

Então, quero pedir, encarecidamente, a esta Casa, que dê o mesmo direito que tiveram os funcionários do Tribunal de Contas. Sei que aqui são muitos funcionários, que isso vai mexer com o caixa da Assembléia, mas tenho certeza que pela organização e competência que a direção desta Casa, na figura do Sr. Presidente Nelson Justus tem, da Mesa Executiva, do nosso 1º Secretário Alexandre e de todos os membros que dirigem esta Casa, a Assembléia não é pior do que o Tribunal de Contas, não somos piores do que o Tribunal de Contas! Não somos menos organizados que o Tribunal de Contas! O Tribunal de Contas não é maior do que a Assembléia! A Assembléia, no meu ponto de vista, tem uma direção competente e haverá de fazer justiça neste caso. Se o Tribunal de Contas pagou em 1ª Instância, os funcionários desta Casa, que já estão lá em Instância Superior, merecem receber nem que seja em 200 pagamentos, mas devem receber.

Faço esse pedido hoje em nome de todos os funcionários desta Casa, em nome de todos os demais. E amanhã vou fazer um requerimento, perguntando se o Ministério Público recebeu, e a informação que eu tenho é que o Ministério Público também recebeu, tanto é que o Governador Requião disse no ano passado que fez um ajuste de conduta com o Ministério Público porque faltou dinheiro, porque ele andaram pagando alguma coisa. Acho que eles pagaram a URV, porque senão eles teriam dinheiro sobrando. E vou pedir também ao Tribunal de Justiça, porque há uma informação que os funcionários também receberam. Aí, ficou pior ainda, Sr. Presidente.

Vou fazer esse pedido amanhã, porque não acho justo, volto a dizer, que os funcionários da saúde, que estão passando por um momento difícil, que o policial militar, que o professor, que os agentes públicos deste estado não tenham o mesmo direito que tem a Corte que julga as contas dos homens públicos deste estado. A Corte julga as contas públicas de todos os políticos, de todos aqueles que mexem com o dinheiro público, e se ela autorizou pagar os seus funcionários, baseada em uma decisão de 1ª Instância, ela criou, não tenha dúvida nenhuma, a jurisprudência para que os demais comandantes do Poder Legislativo e demais órgãos deste estado também possam pagar os seus funcionários.

Por isso, Sr. Presidente, não quero me estender, quero encerrar as minhas palavras. Sei que V. Exa. está apenas substituindo hoje, está na Presidência, é uma decisão administrativa, mas quero deixar colocado nesta Casa, e vou cobrar todos os dias, porque acho que o que o outro Poder tem direito, o daqui também tem. Acho que a nossa Assembléia tem competência melhor do que a do Tribunal de Contas, temos mais organização, temos mais recursos e podemos fazer o que eles fizeram para os seus funcionários, o que eles entenderam que era direito, nós também podemos fazer isso.

Por isso, Sr. Presidente, peço ao Deputado Romanelli, que concordou comigo - vou guardar o seu pronunciamento, Deputado Romanelli - vou chegar agora no gabinete e vou tirar um "cedezinho" para colocar na rádio amanhã de que V. Exa., como Líder do Governador Requião, concorda com o pagamento da URV.

Tenho certeza que o Governador haverá de fazer isso pelos seus funcionários, porque o Governador Requião tem resolvido algumas injustiças neste Paraná, tem sido o autor do conserto de algumas injustiças, como a dos professores, que há muito tempo não recebiam, como a dos policiais e de outras categorias, mas eu não acho justo! E ninguém vai me calar nesta Casa de que os funcionários, principalmente deste Poder que nos atendem aqui, desde o guardião que fica lá embaixo, da tia que faz o cafezinho, de todos os nossos funcionários que estão aqui, eu vou defendê-los. Não é nem questão de política, Sr. Presidente, é questão de respeito, porque sem eles aqui nós vamos a lugar nenhum.

Obrigado, Sr. Presidente.

## ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 301 e 327/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 318/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/07 e do Projeto de Resolução nº 014/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 108, 330, 365 e 369/07.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões***

#### ***Orçamento***

##### **COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

##### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de junho de 2007, reuniu-se na sala de reunião das comissões, sob a presidência da Sra. Deputada Beti Pavin, com as presenças dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Duílio Genari e Tadeu Veneri membros da Comissão. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1º) Projeto de Lei nº 170/067, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 16/07. Os recursos aqui tratados referem-se ao cumprimento do programa de Ajuste Fiscal firmado entre a União e o Estado do Paraná, com a criação do Projeto Orçamentário nº 1139 - Investimento em Infra-Estrutura Urbana nos Municípios. Servirá como recursos para cobertura da referida programação, igual importância

proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2º) Projeto de Lei 371/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/07. Sendo os recursos para os créditos ora propostos que serão provenientes de recursos próprios do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, provenientes da receita 1600.14.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização, Fonte 250 - Diretamente Arrecadados, os quais deverão ser transferidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, em conformidade com o disposto no artigo 25 da Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

Ana Beatriz S. Do Prado - Secretária

### ***Redação***

##### **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

##### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 301/07 e 327/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

